



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - 4ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015

Presidência dos Deputados Lafayette de Andrada e Bonifácio Mourão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas; discursos dos deputados João Leite e Rogério Correia; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Registro de Presença - Questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Acordo de Líderes; decisão da Presidência - Votação de Requerimentos: Requerimento nº 59/2015; discursos dos deputados Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa e Rogério Correia; votação do requerimento; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.496/2014; discurso do deputado Gustavo Valadares; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada - Braulio Braz - Agostinho Patrus Filho - Anselmo José Domingos - Antônio Jorge - Antonio Lerin - Arnaldo Silva - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Celise Laviola - Cristiano Silveira - Cristina Corrêa - Deiró Marra - Dilzon Melo - Dirceu Ribeiro - Doutor Jean Freire - Durval Ângelo - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Fábio Cherem - Fábio de Avelar - Felipe Attiê - Fred Costa - Geisa Teixeira - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ione Pinheiro - Iran Barbosa - Isauro Calais - Ivair Nogueira - João Alberto - João Leite - João Magalhães - Leandro Genaro - Léo Portela - Leonídio Bouças - Marília Campos - Mário Henrique Caixa - Missionário Márcio Santiago - Neilando Pimenta - Noraldino Júnior - Nozinho - Roberto Andrade - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Thiago Cota - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O deputado Dilzon Melo, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

O presidente - Em discussão, as atas. Com a palavra, para discuti-las, o deputado João Leite.

O deputado João Leite - Acompanhei atentamente a leitura das atas feita pelo nosso líder, deputado Dilzon Melo. Queria apenas fazer um reparo, que está ligado ao grande esforço que V. Exa. e os líderes da oposição estão fazendo, pedindo-nos tranquilidade, a todo o momento, pois precisamos votar o orçamento. Estamos de acordo com a orientação dos líderes, mas não aceitamos a saída de uma delegação de Minas Gerais para atacar, sob os holofotes de Brasília, o nosso partido, a base que constituiu o governo passado. Que acordo é esse? Nós entramos com o braço, e eles entram com a seringa. Expliquem o fato de o líder Dilzon Melo vir, a todo o



momento, pedir-nos tranquilidade para votar. Deputado Lafayette de Andrada, isso é um acordo mesmo? Deputados saem daqui e vão a Brasília apresentar novamente uma lista fajuta e nos atacar. Esse é o acordo que V. Exas. estão fazendo? Eles não conseguem esquecer Aécio Neves. Quem foi a Brasília trabalhar contra nós, contra o acordo? É esse o acordo que vocês construíram aqui? É interessante, não faço parte de algo e até aproveito para lembrar uma ilustração do futebol. Muitas vezes, os atletas que estão no banco de reservas ficam olhando para o campo e torcendo contra os que estão jogando. São do mesmo time e torcem contra os jogadores em campo. A expectativa deles é a seguinte: se eles jogarem mal, eu entro e vai ser o maior sucesso, porque eu jogo muito mais que aqueles que estão jogando. Eu sou muito melhor que esse governo que está aí. Agora estamos diante da realidade do nosso país: 60% dos brasileiros entrevistados querem o *impeachment*. Estamos vendo a aprovação da presidente ou é a desaprovação? Sr. Presidente, eu queria que constasse isso aí. Pergunto aos líderes: vamos garantir mesmo esse acordo para votar? Só nós temos de aceitá-lo, e vamos ser atacados por trás o tempo todo? E num momento como este que estamos vivendo em nosso país? Quero lamentar essa situação e solicitar uma reunião aos deputados Dilzon Melo, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e a V. Exa. Vai ser dessa maneira esse acordo? Vamos votar e sermos atacados? Eles sairão daqui em delegação e vão aos lugares para nos atacar? É dessa maneira que se constrói um acordo? É assim que a Assembleia Legislativa vive? Estamos realmente em favor de Minas Gerais? Depois de mais de três meses de moratória em Minas - não se paga nada no Estado, os fornecedores do Estado estão querendo receber -, ainda temos de suportar isso. É bom os deputados Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa terem chegado, pois quero perguntar a eles se é esse o acordo que construíram. Nós entramos com o braço, e eles, com a seringa. Enquanto nos pedem para ficarmos tranquilos, para não falarmos nada, eles saem em delegação e vão a Brasília nos atacar. Não conseguem esquecer o mais querido Aécio Neves. A gente se esquece, mas eles lembram a toda a hora. Só falam em Aécio Neves. Ninguém suporta isso mais. Vamos continuar? Solicito uma reunião com os líderes, com a presença do deputados Dilzon Melo, Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Vai continuar dessa maneira, nós trabalhando pelo acordo aqui e eles indo a Brasília nos apunhalar pelas costas? Não é possível. Não aceito, Sr. Presidente. Eu queria que constasse aí que a Assembleia Legislativa se uniu num esforço para votar, mas, ao mesmo tempo, há aqueles que estão ciscando para fora, não querem nenhum acordo para votar o orçamento.

O presidente - Com a palavra, para discutir as atas, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, eu também gostaria que constasse na ata que não há nenhum descumprimento de acordo. Não sei de nenhum acordo feito em que se anulassem as diferenças políticas e ideológicas. Houvesse um acordo desses, não haveria parlamento. É óbvio, portanto, que o acordo é procedimental. Para se votar o orçamento, faz-se determinado acordo, com preceitos que nós assinamos. Esse acordo está literalmente sendo cumprido, não há nada de diferente em relação a isso. Ataque sofri eu através do PSDB. O vice-presidente do partido à época, Domingos Sávio, entrou com pedido de cassação do meu mandato na legislatura passada, dizendo que eu tinha falsificado uma lista. Só que a perícia comprovou que a lista é verdadeira. Eu fui entregar essa lista. Por que tanto medo da lista se diziam que ela era falsa? Provado que é verdadeira, o PSDB não me pediu desculpas. Pelo contrário. Foi ao Ministério Público, e durante três anos a minha conta foi analisada. São vítimas de araque que jogaram sujo, tentaram cassar mandatos, mandaram prender pessoas, tudo em nome de sufocar uma verdade. Ou seja, há um problema no Brasil que precisamos discutir na política, que é o problema de financiamento de campanha através de empresas privadas. No Brasil, infelizmente, os partidos utilizam esse financiamento de campanha há muito tempo. E isso foi feito na campanha de 2002, em relação a Furnas. Ali havia um esquema muito semelhante ao da Petrobras. Essa discussão tem que ser feita na base da reforma política, sem falso moralismo. Ora, essa é uma diferença que exige reforma política. Ninguém pediu para anular essa diferença. Se o PSDB tem diferenças com o governo Fernando Pimentel, ninguém fez acordo para o PSDB não explicitar essa diferença, pelo contrário. Ontem vieram aqui dois secretários, cumprindo o acordo, para discutir o que é o orçamento. A oposição, assim como a situação, pôde participar da reunião, apresentando suas opiniões em relação ao orçamento. Considerei o debate rico. Os secretários responderam a todos os questionamentos. Não satisfizeram a oposição, mas responderam e se dignaram a vir. Fizemos um acordo de fazer um debate sincero do orçamento e votá-lo. Não existe acordo para a oposição votar favoravelmente. Não me lembro de acordo para anular discussão política nesta Casa nem de concordar ou silenciar sobre o assunto. Expliquem ao deputado que não existe acordo para que assuntos polêmicos não sejam tratados nesta Casa. Não quero trazer essa questão novamente, mas, se preciso for, eu trarei. Existe um laudo da Polícia Federal que diz que há uma lista verdadeira. Por que apenas um assunto pode ser discutido na Lava-Jato? Por que outros não podem? O assunto da Lava-Jato são as empreiteiras que financiaram campanha. E essas empreiteiras também financiaram a campanha do senador Aécio Neves. Essa discussão precisa ser feita no Brasil, ou o Aécio Neves faz campanha vendendo tucaninho na Praça Sete? Vai acumulando e depois gasta milhões? Esse assunto está proibido? Esse acordo, ninguém do PT fez. Fizemos um acordo para discutir questões orçamentárias. Mas um deputado do PSDB quer o silêncio dos outros para abafar e blindar o senador Aécio Neves. Esse acordo, eu não fiz e não faço, assim como não peço que façam um acordo para não criticarem o governador Pimentel. O parlamento não deveria fazer esse tipo de acordo. Fazer a discussão num patamar elevado eu aceito, mas sem mi-mi-mi, sem chororô, achando que é o dono da razão. Muito obrigado.

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase e não havendo retificação a ser feita nas atas, dou-as por aprovadas.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Registro de Presença

O presidente - A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do curso de jornalismo da PUC Minas e de agentes socioeducativos.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa - Presidente, solicito a V. Exa. a suspensão dos trabalhos para entendimento. É possível?



O deputado Cabo Júlio - Quero anunciar a esta Casa que ontem pela manhã eu me reuni com o secretário de Defesa Social e com o deputado Léo Portela. Logo em seguida me reuni com o Dr. Bernardo Santana e ao meio-dia almocei com o Dr. Padovan, nosso subsecretário de Assuntos Prisionais, e decidimos o seguinte: o governador do Estado enviará para esta Casa, em breve, um novo projeto de lei orgânica de todo o sistema de defesa social, no qual tratará da extensão de direitos e benefícios para todo o sistema. Serão abrangidos, portanto, o agente de segurança prisional, o agente socioeducativo, e serão concedidos os mesmos direitos já estendidos à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Corpo de Bombeiros, como promoção, porte de arma e também aposentadoria especial. De igual forma, ficou acertado ontem que o governador do Estado enviará a esta Casa um projeto em regime de urgência, prorrogando, por um ano, os contratos dos agentes que estão no sistema hoje, até que se abra um novo concurso. Essa é a notícia que tenho para vocês. Muito obrigado, presidente.

O deputado Isauro Calais - Sr. Presidente, deputadas e deputados, recebemos um chamamento para estar aqui às 9 horas, para começarmos a votar o orçamento, um orçamento que deveria ter sido votado no ano passado. As mesmas questões políticas ocorridas no ano passado, em dezembro e em novembro, se estenderam para janeiro e também para fevereiro. Nós, do interior, saímos de madrugada, correndo riscos. Hoje usarei a tribuna para falar sobre a privatização da BR-040. Todos os dias que viajamos para Juiz de Fora acontecem acidentes fatais. V. Exa., Sr. Presidente, também viaja pela mesma BR-040, onde sempre acontecem acidentes fatais. E quando chegamos aqui, o que encontramos? A mesma discussão que acontece desde o primeiro dia em que cheguei aqui: que o PSDB destruiu Minas, que o PT destruiu o Brasil. O povo de Minas, Sr. Presidente, não está querendo saber mais quem quebrou Minas Gerais, ou quem quebrou o Brasil. Essa discussão está acontecendo todas as semanas. Todos os dias, neste Plenário, há uma discussão em que se alega que o PSDB quebrou Minas e que o PT quebrou o Brasil. Mas votar e dar um orçamento para o povo mineiro, isso não está sendo feito por nós. É isso que desejo, como deputado. É isso que desejo oferecer às pessoas que votaram em mim. É isso que acredito que os deputados novatos querem fazer: discutir propostas melhores para o povo mineiro, e não discutir quem é melhor: o PSDB ou o PT. Acho que, se derem um abraço de afogados, se continuarmos nessa briga idiota e boba, vão morrer os dois. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo deputado Gustavo Corrêa, vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

- Vem à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam sejam retiradas da pauta desta reunião as Indicações nºs 2 e 3, de 2015 Sala das Reuniões, 24 de março de 2015.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 24 de março de 2015.

Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Votação de Requerimentos

O presidente - Requerimento nº 59/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita a inserção nos anais da Casa da publicação dos poemas *Totem para o homo zapping* e *4 quartetos*, publicados no caderno *Ilustríssima* do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º/2/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* - Presidente, estamos encaminhando o requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel. O requerimento trata da inserção nos anais da Casa da publicação dos poemas *Totem para o homo zapping* e *4 quartetos*, publicados no caderno *Ilustríssima* do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º/2/2015. O deputado Celinho do Sinttrocel receberá o apoio do nosso Bloco Verdade e Coerência...

O presidente - V. Exa. vai querer ler a íntegra do requerimento?

O deputado Gustavo Valadares* - Seria interessante.

O presidente - Perfeitamente. Vou providenciar a íntegra do texto.

O deputado Gustavo Valadares* - Já adianto que o requerimento receberá o voto favorável do Bloco Verdade e Coerência, de oposição nesta Casa. O bloco faz oposição ao governo do Fernando da Dilma, ou Fernando do PT, ou Fernando Mãos de Tesoura. O deputado João Leite vai explicar a razão desse novo nome. Passo, então, presidente, a ler o poema *Totem para o homo zapping*. (- Lê o poema.)

Sr. presidente, esse é o primeiro poema. Como ainda disponho de 5 minutos para encaminhar a votação, passarei a ler o segundo poema, para que todos tenham ciência do que votaremos a seguir. Deputado Rogério Correia, peço a sua atenção. O nome do poema é *4 quartetos*. (- Lê parte do poema.)

O deputado Celinho do Sinttrocel está na Casa? Ele tem de explicar a razão para votarmos esse requerimento.

O presidente - Convoco o deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento. V. Exa. está lendo o poema *Totem para o homo zapping*?



O deputado Gustavo Valadares* - Não; já estou lendo o *4 quartetos*. O *Totem para o homo zapping* é aquele que cita vários nomes. Já passei por ele e sabei frio para ler cada nome, com medo de errar.

O presidente - Solicito à assessoria do deputado Celinho do Sinttrocel que o convoque ao Plenário, pois estamos tratando de assunto da sua autoria.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, terminarei a leitura do poema. (- Lê o restante do poema *4 quartetos*.)

Esses são os dois poemas interessantíssimos que o deputado Celinho do Sinttrocel pede para serem inseridos nos anais da Casa. Com certeza ele tem alguma razão para isso. Serei muito sincero. Já li o requerimento enquanto alguns comentavam, mas ainda não entendi a razão. Como já antecipei que votaríamos a favor, deputado João Leite, e o nosso bloco tem como nome Verdade e Coerência, teremos de ser coerentes. Votaremos a favor da inclusão desses dois poemas nos anais da Casa.

Sr. Presidente, para terminar, como ainda disponho de 2 minutos e 30 segundos, gostaria de antecipar que nós, do Bloco Verdade e Coerência, de oposição, iniciaremos hoje uma cruzada para discutir de forma exaustiva o projeto de lei orçamentária, que deveria ter sido votado no final do ano passado. Por uma obstrução do PT e do PMDB, não foi possível votá-lo naquela época. Hoje eles pedem, pelo amor de Deus, a nós, da oposição, que votemos o projeto do orçamento agora, com novas estimativas e cortes do Fernando Mãos de Tesoura.

Em alguns minutos, depois de outros deputados fazerem o encaminhamento desse requerimento, e após a sua votação, discutiremos o projeto de lei orçamentária. Ontem realizamos uma reunião interessante com o Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento e Gestão, e o José Afonso Bicalho, secretário da Fazenda, que durou praticamente toda a tarde até o início da noite, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Carlão, pudemos concluir o mais importante. Senhores, jornalistas e futuros jornalistas, estudantes, prestem atenção. Pudemos concluir que o que houve na eleição passada em Minas Gerais foi o mesmo que ocorreu em nível nacional: um estelionato eleitoral. Eles não cumprirão absolutamente nada do que se propuseram ao longo da campanha e durante os 12 anos em que fizeram oposição nesta Casa. Fiz cinco perguntas aos dois secretários na tarde de ontem. A primeira foi a seguinte: “Vocês reduzirão o ICMS da energia elétrica, que, como foi dito pelo PT aos quatro cantos, é o mais caro do Brasil?” Eles responderam que não há condições de fazer isso agora.

Perguntei se teriam condições de resolver o problema das professoras e dos servidores da educação que, na verdade, querem atingir o teto nacional sem que seja por meio de subsídio e sem contabilizar os ganhos que passaram a receber durante a carreira, e também responderam que não. Fizeram uma proposta, sobre a qual vou discorrer, porque tenho certeza de que o Sind-UTE não vai concordar com ela. Fiz outras três perguntas, presidente, vou apresentá-las quando da discussão do projeto de lei orçamentária, ainda na manhã de hoje aqui no Plenário. Mais uma vez, encaminhamos favoravelmente à inclusão dos dois poemas do deputado Celinho do Sinttrocel nos anais da Casa. Muito obrigado.

O presidente - O requerimento é de autoria do eminente deputado Celinho do Sinttrocel. Acredito que não seja ele o autor dos poemas. O deputado Celinho do Sinttrocel tem várias virtudes, mas não sei se é poeta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa - Vou esclarecer ao público presente. Sr. Presidente, os estudantes de jornalismo são de qual faculdade?

O presidente - Da PUC.

O deputado Gustavo Corrêa - Do campus Coração Eucarístico ou V. Exa. não sabe?

O presidente - Essa informação não chegou à presidência.

O deputado Gustavo Corrêa - Estão informando que são do Coração Eucarístico. Cumprimento os futuros jornalistas que aqui se encontram. Início a minha fala fazendo um contraponto, que me perdoem a ausência do deputado Isauro Calais, que fez questão de dizer - imagino que os estudantes de jornalismo não conseguiram entender - que alguns parlamentares desta Casa ficavam apenas fazendo críticas ao governo passado, e outros, ao atual governo. É bom deixar claro para as senhoras e para os senhores que esta é a Casa do povo, a Casa do debate, a Casa da democracia. Como bem disse o líder da Minoria, deputado Gustavo Valadares, a partir de hoje, a oposição terá uma longa jornada em que teremos oportunidade de discutir e de mostrar aos mineiros todos os equívocos cometidos e encaminhados no atual governo.

Para a minha alegria, presidente, vejo adentrando no Plenário desta Casa o grande deputado de Coronel Fabriciano, Celinho do Sinttrocel, eleito por inúmeros mandatos, que solicitou e requereu que constassem nos anais da Casa dois poemas que foram publicados no dia 1º/2/2015 no caderno “Ilustríssima”, do Jornal *Folha de S. Paulo*. O que me chama a atenção, deputado Celinho do Sinttrocel, é que essa data, dia 1º de fevereiro, tem uma simbologia sobretudo para os parlamentares que aqui se encontram, haja vista ser o dia em que todos tomamos posse, fizemos juramento aos mineiros de corresponder a todas as suas expectativas. Tenho certeza que pela importância dos poemas, V. Exa. teve a oportunidade de lê-los antes de tomar posse nesta Casa. Ouvi atentamente a leitura do deputado Gustavo Valadares e confesso que, no primeiro poema, *Totem para o Homo Zapping*, fiquei completamente perdido, sobretudo em relação aos nomes e figurações apresentadas. Do segundo poema, *4 quartetos*, tive condições de fazer uma análise um pouco mais detalhada e minuciosa.

Percebi que o deputado Celinho do Sinttrocel, como disse bem V. Exa., tem inúmeras virtudes, além de exercer um mandato no Parlamento, sobretudo pela importância dos dois poemas. Deputado Celinho do Sinttrocel, digo sempre, de forma tranquila, que me orgulho muito das minhas origens. O meu avô paterno, professor catedrático de direito, economia e administração, também era um poeta e foi um dos poucos mineiros que teve a oportunidade de fazer parte da Academia Brasileira de Letras. Deputado Celinho do Sinttrocel, tenho certeza de que V. Exa. caminha num caminho certo e, mais que isso, demonstra seu gosto afinado pela literatura brasileira.

Sr. Presidente, estou em dúvida sobre os autores dos referidos poemas. Vou fazer uma leitura rápida da fundamentação do deputado Celinho do Sinttrocel, para encaminhar esse requerimento à Casa. Como o deputado Gustavo Valadares, que me antecedeu, fez questão de dizer, nós do Bloco Verdade e Coerência - volto a dizer que somos sempre pela verdade e temos mantido coerência em nossas ações e ideias - votaremos favoráveis ao requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel. Da mesma forma, espero que



tenhamos a oportunidade de votar o orçamento a partir de hoje. Passarei a fazer a leitura da fundamentação do deputado Celinho do Sinttrocel. (- Lê:)

“A proposição em análise tem por objetivo integrar ao arquivo histórico desta Casa menção à publicação do poeta Fabrício Marques no caderno “Ilustríssima”, do jornal *Folha de S.Paulo*, em 1º/2/2015. Segundo o autor, o requerimento em análise busca reafirmar o profícuo trabalho do poeta e evidenciar a necessidade de maior espaço nos meios de comunicação para a poesia.” Sugerimos aos órgãos de imprensa, aos órgãos de comunicação do Estado que deem espaço aos novos poetas, sobretudo aos mineiros.

“O jornalista” - colega dos que se encontram nas galerias - “e professor universitário Fabrício Marques é natural de Manhuaçu e foi diretor do “Suplemento literário” do jornal *Minas Gerais*, em 2004. Organizou o livro *Dez conversas / Diez charlas*, edição bilingue, português-espanhol, Gutenberg, 2004, com entrevistas de 10 poetas brasileiros contemporâneos. Também publicou livros de poesia: *Marquises*, em 1992; *Samplers*, editora Relume Dumará, 2000; *Meu pequeno fim*, Scriptum, 2002; e, de ensaio, *Aço em flor: a poesia de Paulo Leminski*, Autêntica, 2001.

Fabrício Marques teve seus trabalhos incluídos em importantes antologias literárias, como *Na virada do século: poesia de invenção no Brasil*, organizada por Cláudio Daniel e Frederico Barbosa, Landy, 2002; *Poesia em movimento*, organizada por Jorge Sanglard, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002; *Oiro de Minas*, organizada por Prisca Agustoni e publicada na Coleção Pasárgada, Ardósia, 2007; e *Prévia poesia*, organizada por André Dick, Risco Editorial, 2010. O trabalho do poeta” - o mineiro de Manhuaçu, Fabrício Marques, terra do deputado João Magalhães, que aqui não se encontra - “também integra a antologia *Os cem menores contos brasileiros do século*, organizada por Marcelino Freire, Ateliê Editorial, 2004. Recentemente, o autor publicou obras dirigidas ao público infantojuvenil: *O pequeno livro de recordes* e *Zoológico de Sofia*.” Sugiro ao deputado João Leite que adquira esses exemplares, para que a sua netinha ou o seu netinho, daqui a alguns anos, quando crescerem, possam ter a oportunidade de fazer a referida leitura, dada a importância do nosso poeta.

Sob o aspecto jurídico, a matéria em exame é respaldada pelo art. 62, III, da Constituição Estadual, que faculta a esta Casa a competência de dispor privativamente sobre o seu próprio funcionamento, e pelos arts. 79, VIII, “b”, 233, XIII, e 234 do Regimento Interno, que estabelecem a prerrogativa parlamentar de se inserirem documentos e pronunciamentos não oficiais considerados especialmente relevantes para o Estado nos anais desta Casa. Portanto, a proposição em tela ostenta lastros constitucional e regimental.

No que tange ao mérito, o reconhecimento de Fabrício Marques por seus pares da área literária nacional e o profícuo trabalho desenvolvido por ele ao longo dos anos validam a iniciativa do autor da proposição em tela.”

Assim, o relator e os deputados que compõem o Bloco Verdade e Coerência serão pela aprovação do referido requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel

Presidente, os referidos poemas foram publicados no jornal *Folha de S.Paulo*, e isso me chamou a atenção. Pego uma deixa do deputado Rogério Correia para dizer que, nos últimos anos e em todos os episódios, o jornal *Folha de S.Paulo* tem sido extremamente imparcial e tem levado a verdade a todos os brasileiros. No jornal de ontem, havia pesquisas sobre a presidenta Dilma e hoje também. O referido jornal tem dado também a devida importância às matérias sobre a Operação Lava Jato, que, em grande parte, incriminam alguns parlamentares. Quero, presidente, parabenizar o deputado Celinho do Sinttrocel pelo requerimento e, mais uma vez, reitero que o Bloco Verdade e Coerência se manifesta favoravelmente ao referido requerimento.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Presidente, colegas deputados, estudantes da PUC presentes, embora o tema possa ter soado estranho por se tratar da inserção nas atas e nos anais desta Casa de poema, defendendo a iniciativa do deputado Celinho do Sinttrocel, que aqui se encontra. Farei isso, deputado Celinho do Sinttrocel, até porque fui o autor da lei que instituiu o Dia Estadual da Poesia. Esse dia é 31 de outubro, quando nasceu Carlos Drummond de Andrade. Minas é a terra dos poetas, do poema e da poesia. Inserir, nos anais da Casa, poemas reconhecidos e publicados na *Folha de S.Paulo* por um mineiro de Manhuaçu, terra de meus avós, minha mãe e minha família... Aliás, eles eram de São João do Manhuaçu, que, na época, era distrito de Manhuaçu, mas hoje é um município. O poeta, no caso, é de Manhuaçu. O poema é bonito. É um poema conhecido entre os conterrâneos de Manhuaçu. São poemas, conforme citado na justificativa do deputado Celinho do Sinttrocel, conhecidos entre pares e conterrâneos.

Esse poeta, chamado Fabrício, também escreveu *Aço em flor* e *Meu pequeno fim*. Teve trabalhos incluídos em antologias importantes, como *Na virada do século: poesia de invenção no Brasil* e *Oiro de Minas*. Também integra *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Recentemente publicou dois livros dedicados ao público infantil: *O pequeno livro de recordes* e *O zoológico da Sofia*. Apesar de trabalhar também como jornalista e professor, o ex-diretor do “Suplemento literário” do *Minas Gerais* e atual servidor público, Fabrício Marques é mesmo um poeta, desses raros, que encaixam as palavras com carinho, dedicação e força. É servidor desta Casa, mais um motivo para defendermos a inclusão dos seus poemas nos anais, de modo a valorizar o seu trabalho. Foi essa a iniciativa que o deputado Celinho do Sinttrocel nos trouxe, valorizando também o servidor mineiro de Manhuaçu, cujo poema é reconhecido. É servidor desta Casa e, sem sombra de dúvida, um grande poeta. Os poemas *Totem para o Homo Zapping* e *4 quartetos* fazem parte do acervo com que o Fabrício contribuiu com a literatura.

Isso faz parte da nossa intenção de comemorar a poesia e a terra mineira de Carlos Drummond de Andrade. Deputados e deputadas, 31 de outubro é o Dia Estadual da Poesia. Faz muito tempo que apresentei esse projeto, que virou lei. Se não me engano, foi no meu primeiro mandato de deputado estadual. Mas até hoje não houve comemoração significativa, para incluir esse dia no calendário mineiro, o que precisa ser feito. Há anos e anos existe essa lei, mas as pessoas não sabem que esse dia existe. Todo ano faço uma comemoração na Assembleia, uma audiência pública, um recital de poemas. Todo ano proponho uma iniciativa, mas é preciso que o governo do Estado o faça.

Deputado Celinho do Sinttrocel, foi bom ter-se lembrado das poesias do Fabrício e de incluí-las nos anais da Casa, até para nos lembrarmos que é preciso dar mais força à poesia e ao Dia Estadual da Poesia, também uma homenagem a Carlos Drummond de



Andrade. Espero que em 31 de outubro deste ano possamos contar com o aval do governo para difundir esse dia nas escolas, com os alunos, o que faz falta.

Presidente, defendo aqui a proposta do nosso querido Celinho do Sinttrocel de inserir nos anais da Casa a publicação desses poemas do Fabrício, servidor desta Casa, o que justifica mais ainda o que foi dito pelo Celinho. E os dois poemas são muito bonitos. (- Lê o poema *4 quartetos*)

Bonito poema. Merece estar nos nossos anais, até para que comemoremos, antes de 31 de outubro, o dia da poesia de Carlos Drummond de Andrade. Parabéns, Celinho, pela iniciativa.

O presidente - Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente (deputado Bonifácio Mourão) - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.496/2014, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para o exercício 2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 32 e 33, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 36 a 38, 40, 42 a 45, 47 a 54, 56 a 58 e 61 a 82, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 31, 39, 41, 46, 55, 59 e 60 e com as Emendas nºs 84 a 144, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 25, 34, 35 e 83. A Emenda nº 31, apresentada por parlamentar, e as Emendas nºs 39, 41, 46, 55, 59 e 60, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, ficam prejudicadas pela aprovação das respectivas subemendas. A Emenda nº 1 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 52; a Emenda nº 2 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 46; e a Emenda nº 26 fica prejudicada pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 60. As Emendas nºs 27 a 30 foram retiradas pelo autor. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos discutindo e, ao mesmo tempo, já estão sendo contadas as reuniões para a discussão dos dois projetos que julgo serem dos mais importantes a serem analisados pela Casa Legislativa, pela Assembleia Legislativa todos os anos: o projeto do PPAG, que é o Plano Plurianual de Ação Governamental, que sempre é discutido e votado no primeiro ano de governo e vale para os quatro anos seguintes; e o projeto de Lei Orçamentária Anual, trazido a esta Casa sempre até 30 de setembro do ano anterior ao exercício do orçamento que está para ser votado e que geralmente é votado até o final desse ano, até meados de dezembro, próximo ao Natal.

Muitos jornalistas e estudantes de jornalismo, também aqueles que acompanham o trabalho da TV Assembleia mais de perto e as pessoas que estão em casa nos acompanhando pela TV Assembleia devem estar um pouco assustados de estarmos, em pleno 24 de março, discutindo PPAG e projeto de Lei Orçamentária do ano de 2015, que já está quase com um trimestre vencido. Por que isso aconteceu?

No ano passado, os dois projetos chegaram à Casa no tempo certo. A revisão do PPAG e o projeto de Lei Orçamentária Anual chegaram até 30 de setembro do ano passado, caminharam pelas comissões ou pela grande Comissão de Fiscalização Financeira, da qual participaram também deputados de outras comissões. Seu parecer foi aprovado na Comissão de Fiscalização e veio a Plenário. Ficou aguardando a votação dos 77 deputados, no ano passado, para que pudesse entrar em vigor e passasse a ser utilizado já a partir de 1º de janeiro deste ano.

Ocorreu, para nossa surpresa, que o governador eleito - àquela época com sua equipe de transição ainda -, deu uma ordem ao Partido dos Trabalhadores e ao seu aliado, o PMDB, para que não votassem, em Plenário, o orçamento do ano de 2015, usando o argumento de que as receitas estavam superestimadas, e as despesas, subestimadas. Bateram nessa tecla durante todo esse tempo, preferindo ficar sem orçamento, governar com o duodécimo, enfim, criando uma nuvem de fumaça apenas para ludibriar os cidadãos mineiros, usando esse argumento para, depois, dizerem: "Como não temos orçamento, não podemos colocar em prática aquilo a que nos propusemos na campanha e ao longo dos 12 anos em que fomos oposição na Assembleia. Portanto, devido a isso, infelizmente não poderemos cumprir nossas promessas, pois ficaremos sem orçamento".

Tomou posse o senhor governador Fernando da Dilma, ou Fernando do PT, ou Pimentel do PT, ou Pimentel da Dilma - o deputado João Leite dirá o novo nome que lhe foi dado: Pimentel Mãos de Tesoura, devido à quantidade de cortes que fez no orçamento. E mais cortes virão, deputado João Leite. Já disse o secretário de Planejamento, Helvécio Magalhães, que se acostumou a contingenciar - e muito - o orçamento, inclusive o da educação, no ano passado, em Brasília. É o homem do corta-corta, o homem da tesoura. E muita coisa ainda será cortada neste ano. Tomou posse o senhor governador Fernando da Dilma, ou Fernando do PT, ou, ainda, Fernando da Dilma, do PT, no dia 1º de janeiro e iniciou o seu governo sem orçamento, governando com o duodécimo, não podendo fazer investimentos, gastando apenas com o pagamento de contas e obrigações do Estado, e assim veio caminhando. Após praticamente 90 dias, chegaram à conclusão de que é inviável governar sem orçamento. Demoraram três meses para chegar à conclusão de que governar sem orçamento seria pior. Então, os deputados dos blocos da situação e da oposição desta Casa receberam a solicitação do presidente Adalclever Lopes e do líder de governo, deputado Durval Ângelo, de abrir uma exceção e assinar - todos os líderes - , um acordo para reabrir a discussão do projeto de Lei Orçamentária e do PPAG, que tiveram sua discussão encerrada no início do mês de dezembro passado. Mas, com a assinatura de todos os líderes da Casa, poderíamos reabrir essa discussão para a apresentação de novas emendas.

Recebendo esse pleito do presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, que vem cumprindo muito bem o seu papel, de maneira austera e independente, e do líder de governo, e, mais que isso, após conversarmos entre nós, do Bloco Verdade e Coerência, chegamos à conclusão de que, se não abrissemos essa possibilidade, ficaríamos sem orçamento e daríamos ao PT o que ele mais queria: argumentos para dizer que não tem como cumprir as promessas de campanha. Iniciamos um discurso, dizendo: estamos



prontos a votar o orçamento com ou sem mudanças, do jeito que vier. Vamos votá-lo o quanto antes. A oposição quer votar o orçamento porque não deseja inviabilizar o Estado, não quer ser julgada, como já foi. Em alguns lugares a que vamos, ouvimos das pessoas: “O senhor governador está dizendo que a responsabilidade de não termos, até hoje, o orçamento aprovado é da oposição, que não quer a sua votação”. Digo aqui que, em momento algum, fizemos obstrução ou trabalhamos contra a aprovação do orçamento. Tentamos, de todas as formas, aprovar o PPAG e o projeto de Lei Orçamentária até dezembro do ano passado, o que não ocorreu. Tentamos sua votação em janeiro ainda, já durante o mandato do Sr. Fernando Pimentel, uma vez que a Assembleia não entrou em recesso devido a não votação do orçamento. Tentamos fazê-lo em fevereiro, o que também não conseguimos.

Escolheram o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, deputado Tiago Ulisses, como novo relator do orçamento, porque o antigo, deputado Zé Maia, não está mais conosco, infelizmente. Retornará, tenho certeza, ainda nesta legislatura, já que alguns colegas poderão sair ano que vem na eleição para prefeito. Como ele não está mais na Casa este ano, foi escolhido como novo relator o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, deputado Tiago Ulisses, que, no seu parecer, afirma que essas medidas para a reestimativa do orçamento são fruto de uma nova situação macroeconômica do País. Ora, não há nada mais claro - e isso precisa ser dito - que, se há hoje mudanças no projeto de lei orçamentária, estão sendo feitas por conta da situação caótica da economia nacional. Muitos poderão dizer o seguinte: “O deputado está ali na tribuna perseguindo mais uma vez o PT, a Dilma. O que tem a ver o projeto de lei orçamentária estadual com a situação da economia nacional?”. Direi aos senhores e comprovarei a razão de haver uma reestimativa de receitas e despesas, que tem tudo a ver com a situação horrorosa em que se encontra a economia nacional.

Todos os anos, quando o projeto de lei orçamentária é construído na Secretaria de Planejamento e na Secretaria de Fazenda, a muitas mãos, tomam-se como base diretrizes que são usadas também pela União para fazer seu projeto de lei orçamentária. Os mesmos parâmetros utilizados no projeto de lei orçamentária da União são usados no Estado. E assim foi feito ano passado, deputado Bonifácio Mourão. Quando estavam discutindo a confecção do projeto de lei orçamentária em Brasília, ano passado, aquele ministro trapalhão foi demitido e ficou no cargo mais alguns meses, o Mantega. Ele é o grande responsável por toda essa confusão que existe na economia nacional hoje. Ele e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, sob a supervisão, obviamente, da gerentona do PAC. Lembram-se da mãe do PAC, grande gerente? Tem-se mostrado uma péssima gerente, nem mesmo para síndica de prédio serviria a presidente da República Dilma Rousseff.

Sob a gerência, coordenação e a liderança de Dilam Rousseff, esses dois ministros trapalhões - Miriam Belchior, que ainda se encontra no governo, e Mantega, que já saiu, mas que por ali ficou, mesmo que demitido, por mais alguns meses - construíram a lei orçamentária da União com alguns parâmetros. Deputado Mourão, sente-se para não cair. Em 2015 o PIB crescerá 3% e a inflação anual seria de 5%. Esses foram os parâmetros utilizados pelo governo federal para a elaboração do orçamento da União ano passado: crescimento do PIB de 3% ao ano e inflação de 5% ao ano. Já vencemos o primeiro trimestre de 2015. Sabem a que conclusão chegamos? A estimativa para crescimento do PIB este ano não chega a 0,8%.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Menos 0,8%, é decréscimo.

O deputado Gustavo Valadares* - É decréscimo de 0,8%. O deputado Lafayette me faz um aparte para corrigir meu pronunciamento. É menos 0,8%. A inflação, deputado Mourão, medida de fevereiro do ano passado a fevereiro deste ano - é assim a metodologia para a sua medição -, já está em 7,7% e vai subir mais, porque está previsto mais aumento para as tarifas públicas, da energia, por exemplo. Segurem-se, senhores e senhoras, brasileiros e brasileiras. Apertem os cintos, segurem-se na cadeira, porque, do jeito que a coisa vai, a inflação este ano passará de um dígito.

Se não houver uma correção que vem sendo dada pelo único homem que tem tentado mostrar que aquela política econômica dos últimos 12 anos do governo federal foi errada, que é o Ministro Levy, passaremos de um dígito na inflação deste ano.

Voltando à discussão do orçamento como consequência dessas estimativas completamente equivocadas, o deputado Lafayette de Andrada, em reunião com o secretário do Planejamento e com o secretário da fazenda, do PT, foi brilhante quando disse que não estava errado o ministro Mantega, quando propôs esse orçamento, à época, porque o que ele queria era mentir para a população brasileira. Estávamos em período de eleição, a presidente Dilma era candidata à reeleição e precisava vencer a qualquer custo e, para que isso acontecesse, não se importou em vencer com base em mentiras, como se a economia brasileira estivesse às mil maravilhas. Lembro-me do ministro Mantega dizendo: “Errarão aqueles que vão apostar na alta do dólar. Os que apostarem na alta do dólar vão perder.” Já temos um dólar com um valor superior aos encontrados em 2003. Já estamos em 2015 e voltamos ao valor de 2003, quando, por causa do temor da eleição do presidente Lula, o dólar disparou, a inflação disparou. Então, àquela época o ministro Mantega deu essa estimativa com o único objetivo de mentir aos brasileiros, dizendo que a economia estava bem, que estávamos num momento de superávit, de boa situação econômica e financeira, de bonanza e que poderíamos gastar à vontade. Ora, se o governo federal, se o ministro da Fazenda e a ministra do Planejamento, que são aqueles que têm as melhores informações para prever o ano de 2015, diziam que cresceríamos 3% ao ano e que teríamos uma inflação de 5%, o que fez o governo do Estado? Usou dos mesmos parâmetros. Criou o seu projeto de lei orçamentária de 2015, ainda em agosto-setembro do ano passado, usando como base a inflação de 5% e o crescimento de 3% ao ano.

Ora, entramos em janeiro com o País em completa recessão, com a inflação a 7,7% e com crescimento negativo previsto de 0,8%. É claro que o orçamento que trouxemos à Casa no ano passado precisa ter suas contas reestimadas. E isso assim foi feito pelo relator do orçamento, deputado Tiago Ulisses. Na tarde de ontem ele apresentou o seu parecer, distribuindo o avulso na reunião das 13h30min. Em seguida, iniciamos a discussão com o secretário Helvécio, do PT, e com o Sr. José Afonso Bicalho, do PT, que durou até a noite, quando o deputado teve aprovado o seu parecer, que foi trazido, hoje, ao Plenário com a discussão do PPAG e do projeto de lei orçamentária. O que mais me preocupa é que os secretários disseram que as receitas foram superestimadas e as despesas subestimadas. Vejam a incoerência. Disseram que uma das razões para a superestimação das receitas estava ligada à questão do ICMS, que é a principal fonte de receita do Estado. Disseram que o nosso ICMS havia sido superestimado para este ano, que havíamos colocado na peça orçamentária do ano passado valores superiores àqueles que eles vão arrecadar.



Então, ontem fiz duas perguntas ao secretário, mas ele não as respondeu de forma clara. Indaguei se eles estão contabilizando o crescimento do ICMS, fruto do aumento da energia, presente de grego da nossa presidenta da República, frente ao aumento da energia. Mineiros e mineiras... A energia elétrica em nosso país, e em Minas, em especial, já aumentou, neste ano, para o consumidor residencial mais de 28%, fruto da política de energia do governo federal. E crescerá ainda mais porque a Aneel está prestes a autorizar um reajuste. A Cemig pede 25%. A Aneel deve dar de 12 a 15%, não passa disso. Mas chegaremos, então, a 40% de reajuste na conta de energia elétrica dos mineiros.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Somente neste ano.

O deputado Gustavo Valadares* - Só neste ano, só no ano de 2015.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Nos três primeiros meses.

O deputado Gustavo Valadares* - Nos três primeiros meses, fora o que virá pela frente.

Diziam os deputados do PT, dizia o agora governador eleito e empossado, Sr. Fernando da Dilma, do PT, que o ICMS da energia elétrica, em Minas, era o mais caro do Brasil e que precisava ser diminuído em 30%. Fiz esta pergunta ao secretário: frente ao aumento da energia, teremos um aumento da arrecadação do ICMS da energia? O senhor fez essa conta? Ele não respondeu e disse que as receitas estavam superestimadas.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Serei breve, deputado Gustavo Valadares. Apenas pegando o gancho desse tema do ICMS, recordo-me de que, durante a campanha eleitoral, o PT dizia muito que, se vencesse as eleições, iria diminuir a incidência do ICMS na conta de energia elétrica. Estamos aguardando o cumprimento dessa e de outras promessas feitas na campanha eleitoral.

Vejo a questão do orçamento da seguinte maneira: o PT enganou todo o Brasil por meio da fala do ministro Mantega, quando, no final do mês de agosto, informou à nação brasileira que o crescimento projetado para 2015 seria de 3% ou mais. Ele dizia que as situações difíceis por que estávamos passando naquele momento não aconteceriam no próximo ano. Pouco depois houve uma entrevista coletiva, que não citei ontem, da própria presidente Dilma, que, indagada se haveria aumento do combustível, disse: "Não, quem é que está falando em aumento de combustível? De maneira alguma. Não haverá aumento de combustível". Ou seja, enganaram a população e enganaram de tal maneira que até os governos estaduais e municipais acreditaram nessa mentira deslavada utilizada na campanha eleitoral para enganar a população, para enganar o eleitor. Enganaram todo mundo. O governo de Minas e o de todos os estados encaminharam para as assembleias legislativas um projeto de orçamento prevendo um crescimento da economia de 3% no ano seguinte. Logo depois das eleições, o Banco Central já diminuiu a previsão de aumento para 0,8% positivo. No mês de dezembro, a previsão já era de 0,5%, e, hoje, o próprio Banco Central já reconhece que o crescimento da economia para este ano deverá ser um decréscimo de 0,8%. Esta é a conjuntura: a energia subindo, a gasolina subindo, a água faltando, e o governo federal não fazendo nada.

E há algo mais grave, deputado Gustavo Valadares. Quero fazer um comentário sobre o debate feito ontem na Comissão de Fiscalização Financeira, no qual estiveram presentes os secretários, a equipe econômica do governo do Estado.

Eles fizeram ajustes que consideravam incoerentes no Orçamento encaminhado no ano passado e alegaram que precisava ser remodelado porque não condizia com o histórico, mas não fizeram nenhuma referência, não falaram nenhum "a", nenhuma vírgula sobre a conjuntura atual: se eles iriam ou não modificar o orçamento, considerando a conjuntura da deterioração da economia nacional. O Orçamento foi encaminhado em setembro do ano passado, e, passados seis meses, houve um desmonte da economia brasileira. Entretanto, nenhuma palavra foi dita a respeito. Fizeram retoques no Orçamento antigo, considerando o histórico, o que valia e o que não valia, mas, quanto a essa realidade crítica de crise que estamos vivendo, perguntei se não aproveitaríamos o momento para também remodelar o nosso orçamento, e não disseram nada, nenhuma vírgula.

Então, deputado Gustavo Valadares, ficou muito claro que nenhuma promessa será cumprida. O PT mentiu mais uma vez. Mentiram o governo federal e o governo estadual para conquistar os votos, e quem vai sofrer é a população mineira. Era esse o meu aparte, deputado Gustavo Valadares. Obrigado.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado Lafayette de Andrada, sou eu quem agradece.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, ouvi atentamente as considerações de V. Exa. e, da mesma forma, as do deputado Lafayette de Andrada. V. Exa. falou sobre a tarde de ontem - adentramos a noite, e, justiça seja feita, gostaria de cumprimentar o líder de governo, deputado Durval Ângelo, e o deputado Rogério Correia, pois prontamente os secretários Helvécio Magalhães e José Afonso Bicalho aceitaram o convite da comissão e vieram aqui, sobretudo, para mostrar os números que questionavam com relação ao Orçamento encaminhado pela gestão anterior. Houve um longo debate, e me perdoem se cometer algum equívoco, mas ontem saí da reunião com algumas certezas. Em primeiro lugar, no ano passado, como bem disse V. Exa., passadas as eleições, quando o Fernando da Dilma solicita a seus deputados presentes - naquela época, estavam em número menor do que os, então, governistas, mas agora está a mesma coisa, já inverteu, hoje temos mais governistas ligados ao Fernando da Dilma do que à oposição, com ligação com os governos passados - que não votassem o Orçamento, tenho certeza de que o fizeram porque o atual governo sabia das dificuldades econômicas do nosso país, pois, como foi bem dito por V. Exa., a presidenta da República mentiu, na maior tranquilidade, aos brasileiros sobre a atual situação econômica do país, e, passadas as eleições, ela foi obrigada a tomar medidas que, com certeza, deveriam ter sido tomadas há muitos anos.

Infelizmente, hoje vivemos em um país onde o desemprego aumenta; onde a indústria automobilística, deputado Bonifácio Mourão, presidente desta sessão, vem dando férias a seus funcionários, o que é sinal de que os pátios se encontram cheios; onde não temos visto novos investimentos, até porque os investidores não sabem os rumos que tomará a política econômica. Então, saí da reunião de ontem com a certeza de que o Orçamento encaminhado a esta Casa pelo governador Alberto Pinto Coelho era plausível e poderia ser executado se houvesse, sobretudo, pessoas qualificadas para implementar todas as suas ações. Tenho dito - e disse -, com o maior respeito, aos secretários do Fernando da Dilma que percebo claramente que o atual governo ainda está em cima do palanque, deputado Bonifácio Mourão, ainda não desceu para cumprir e realizar todas as promessas que fizeram aos mineiros e brasileiros durante as eleições estaduais e federais.



Como bem dito por V. Exa., e isso infelizmente eu tenho que aceitar, quando o orçamento foi encaminhado a esta Casa, o governo passado, do governador Alberto Pinto Coelho, teve que se basear em números e informações dadas pelo governo federal. Naquele primeiro momento, os órgãos econômicos da Presidência da República afirmavam claramente que o PIB nacional teria um crescimento e chegaríamos a 3%. Para nossa surpresa, como dito aqui pelo deputado Lafayette de Andrada, o PIB hoje é -0,8%. Será que a presidente da República não sabia que isso iria ocorrer? Temos aí um dado mais agravante, deputado Rogério Correia, porque mostra a total negligência da presidente da República, que, sabendo dos problemas econômicos que o País enfrentava, não tomou as medidas necessárias, em função, sobretudo, de vislumbrar apenas a sua eleição.

E aqui, deputado Rogério Correia, vou fugir um pouco do tema econômico que tratamos neste momento sobre o orçamento. Volto a dizer que saí ontem da reunião com a certeza de que tudo que tenho dito é algo extremamente verdadeiro. Os problemas enfrentados pelo orçamento são decorrentes única e exclusivamente dos problemas econômicos que o Brasil enfrenta, ao contrário do que o governador Fernando da Dilma disse no dia 12 ou 13 de março aos órgãos de imprensa.

Mas começo a perceber também, deputado Rogério Correia, que Minas Gerais - sobretudo na gestão passada - começa mais uma vez a fazer história no nosso país. Recebi ontem, deputado Gustavo Valadares, um comunicado dizendo que a presidente da República, na reunião de articulação que tratava sobre os cortes que terão de ser realizados no governo, reunião comandada pela presidente Dilma no Palácio do Planalto, resolveu lançar um lema que será seu *slogan* de governo nos próximos anos: "Gastar menos com Brasília para gastar mais com o Brasil". Isso me remete, deputado Rogério Correia, ao *slogan* que o senador Aécio Neves, quando assumiu o governo de Minas Gerais, lançou: "Gastar menos com a máquina pública para gastar mais com o cidadão", tomando as medidas necessárias que o Estado de Minas Gerais precisava tomar para enfrentar os problemas do momento. É sinal de que a presidente da República gostou do *slogan* proposto lá atrás pelo hoje senador Aécio Neves quando assumiu o governo de Minas, o que fez com que o governo de Minas, volto a dizer, fosse reconhecido como um governo excepcional, sobretudo pelos órgãos de fomento internacional.

Então eu queria agradecer o aparte, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* - Eu que lhe agradeço, deputado Gustavo Corrêa. Vou passar logo um aparte ao seu primo. Vocês são primos, deputado?

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Seria um prazer.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Seria um prazer. Temos algumas virtudes em comum. O deputado Rogério Correia, assim como eu, é atleticano. Mas o deputado Rogério Correia está um pouco mais vivido e experiente do que este parlamentar.

O deputado Gustavo Valadares* - Vou conceder um aparte ao deputado Rogério Correia para depois rebatê-lo e deixar aqui minhas considerações finais a respeito desse projeto orçamentário.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - O Gustavo é da parte rica da família dos Correia; eu sou da parte mais pobre. Provavelmente temos algum parentesco. A origem dos Correia é de Portugal, então deve ter alguma relação de parentesco. Se formos analisar, acabaremos achando.

Primeiro, deputado Gustavo Valadares, gostaria de parabenizá-lo por trazer o tema do orçamento a debate. É neste debate da Assembleia Legislativa que vamos clareando as diferenças de concepção sobre como governar, mas dentro do respeito e da polêmica que nos é salutar dentro do Parlamento.

Gostaria de pontuar algumas questões em relação a isso. Primeiramente, quero lembrar que disse exatamente isso ontem na reunião com os secretários. Também desejo elogiar essa nova conduta que o governo está tendo com a Assembleia Legislativa, mais rica em debates. Tudo começou com a reforma administrativa, e optamos pela via de se debater o projeto da reforma administrativa e não a lei delegada, o que julgo ter sido um avanço importante. O Parlamento se engrandeceu com isso ao escutar todas as críticas da oposição e ao ouvir as justificativas do governo no tocante à criação e à extinção de secretarias.

Então, resumindo, ficamos no zero a zero, apesar de V. Exa. insistir que houve gastos a mais, o que não é verdade. O governo provou que ficamos no zero a zero no tocante ao custeio da máquina, e vamos diminuir-la ainda mais. Aliás, existe uma determinação do governador que manda diminuir o orçamento relativo aos gastos com cargos de recrutamento amplo em 20%. Discutimos a reforma administrativa de forma muito clara e fazia 12 anos que não fazíamos isso. Tudo era delegado ao governo, que era quem fazia as leis. Foram 200 leis. Mas agora estamos fazendo a discussão do orçamento do ano passado, que será votada este ano, igualmente com muita clareza.

Ontem os secretários aqui estiveram e respeitosamente responderam a todas as indagações, independentemente de terem agradado ou convencido a todos. Antigamente, para que a Sra. Renata Vilhena viesse a esta Casa, eu precisava fazer quase um mês de greve, e, quando ela resolvia aparecer, apresentava 1 hora e meia no *PowerPoint*. Posteriormente, aparecia a equipe do governo, que eu chamava de tropa de choque, composta por 20 deputados. Eram 20 deputados contra 1, mas não esclarecíamos coisa alguma. Mas, ontem, participamos de uma reunião real sobre o orçamento, e os meus convencimentos são diferentes dos de V. Exa., mas respeito muito a sua opinião.

O governo foi corretíssimo em não ter votado o orçamento no ano passado. Caso não tivéssemos feito o debate, não teríamos como explicar a diferença de R\$7.000.000.000,00. O que houve não se deveu apenas à crise nacional ou internacional. Essa estimativa de receita ultrapassou R\$4.800.000.000,00, e o razoável, ou melhor, o máximo da receita ficou em R\$2.600.000.000,00. Assim sendo, não era possível ampliar essa estimativa de R\$2.600.000.000,00 para R\$4.800.000.000,00, como o governo fez. Não havia elementos, na conjuntura mineira, para que houvesse esse aumento. Na verdade, o que houve não foi um problema de conjuntura internacional, tanto é que estamos mantendo o crescimento no mesmo nível do ano passado, mas com uma expectativa de crescimento, salvo engano, de 7%, conforme disse ontem o secretário. Portanto, estamos ampliando a estimativa de arrecadação do Estado, apesar da crise.

Resumindo, não se justificava no Estado aquela previsão orçamentária muito além do ocorrido em qualquer outro ano. Então o que houve foi uma superestimação da arrecadação, e não havia qualquer indicador para isso, mesmo porque Minas Gerais vive de

commodities de minério e café até hoje. Em 12 anos, não houve qualquer mudança, e é por isso que fomos a 7ª pior economia do Brasil durante os últimos 12 anos. Mesmo quando houve o crescimento do Brasil, Minas cresceu menos que o restante do País. Então não havia elementos para superdimensionar a arrecadação. Além disso, subestimou-se a receita, isto é, o gasto e o custeio. O que estou dizendo é a mais pura verdade.

Mesmo que o governo previsse um aumento de 4,5% para o servidor público - o qual acabamos não votando corretamente, já que não havia fundo nem recursos para isso no orçamento -, o custeio da máquina projetada foi igualzinho ao do ano passado, como se não existisse nem mesmo crescimento vegetativo da folha de pagamento. A verdade é que, somando isso tudo, a diferença foi de R\$7.000.000.000,00. Assim, é importante que essa correção seja feita agora, respeitando os acordos anteriores feitos pelo governo. Vamos pagar o reajuste da Polícia Militar, e agora os professores estão em um processo de negociação, que espero que prospere. Estão dizendo que isso é pouco em relação ao piso e que não vão pagar o piso de uma só vez, mas o governo Pimentel fez o compromisso de pagar o piso, e serei um dos que irá cobrar não só o pagamento do piso, mas também a carreira que ficou estabelecida. Esse foi o compromisso feito pelo governador Pimentel. Ele não fez o compromisso de que faria isso logo no primeiro ano, mas precisa conceder um adiantamento, e é exatamente esse o debate que estamos fazendo. Fosse a proposta que veio do orçamento passado, seriam 4,5%, que significariam apenas R\$60,00 para os professores este ano. Então estamos também modificando a relação do próprio aumento e reajuste do servidor. Isso deve estar garantido no orçamento. A Polícia Militar terá o reajuste que foi negociado com o governo passado. Ele será mantido. Então há alterações importantes. Há a garantia dos 25% da educação e dos 12% da saúde. Teremos evidentemente de cortar em investimentos que já eram praticamente zero e no custeio. O governo cortará no custeio. Então quero dizer que há uma diferença de interpretação. No meu entendimento foi correto esse orçamento.

A título da questão internacional e nacional, quero dizer que é claro que vivemos uma crise internacional profunda; e ela causa abalos aqui. A presidente Dilma optou este ano por fazer um ajuste fiscal. Confesso que não sei se é o melhor caminho. Não defenderia, se fosse perguntado, um ajuste fiscal. Aliás, o ajuste fiscal é muito menor do que o anunciado de que faria o PSDB. V. Exas. estão achando ruim esse ajuste fiscal, mas o do PSDB e do ex-governador Aécio Neves, se fosse ele presidente da República, seria muito maior. Tanto é assim que o José Serra apresentou projeto de lei esvaziando e praticamente acabando com a Petrobras. Passado isso, seria feito esse tipo de ajuste, ou seja, a retomada do procedimento neoliberal no Brasil. Acho que isso não era solução. Apesar da crise internacional, o ajuste deste ano será feito para a retomada do desenvolvimento no ano que vem. Vamos esperar. Aposto que o Brasil não entrará nesse caos que vocês estão apregoando e voltará a crescer. O Brasil dará a volta por cima da crise internacional. Muito obrigado e parabéns.

O deputado Gustavo Valadares* - Agradeço-lhe, deputado Rogério Correia. Tenho a certeza de que V. Exa. terá dias em que estará aqui discutindo e encaminhando votações e me concederá também apartes. V. Exa. será generoso assim como fui. Deputado Rogério Correia, por duas razões deixarei o restante da minha discussão para a reunião da tarde e me justificarei. Está ocorrendo agora a Comissão de Constituição e Justiça e há um requerimento de minha autoria que penso ser de suma importância para todos nós e, em especial, os mineiros, que vivemos um início de ano complicado. O governador Fernando do PT, Fernando da Dilma esteve no Rio de Janeiro em uma segunda-feira de carnaval, à noite, gastando, a princípio e até que me provem o contrário, o nosso dinheiro, o dinheiro do contribuinte mineiro em uma farra no restaurante mais caro daquela cidade. Ele estava com convidados, com o ex-deputado Virgílio Guimarães, por exemplo. Pelo amor de Deus. O Virgílio é um grande amigo, uma pessoa que eu respeito. Eles estavam lá nesse jantar, nesse restaurante em uma farra danada, saíram de lá gastando o dinheiro dos contribuintes mineiros e foram à Sapucaí. Então pedi algumas informações nesse requerimento apresentado à Comissão de Constituição e Justiça, e ela está reunida agora. Essa é a segunda vez em que ela se reúne este ano. O bloco do governo estava esperando o orçamento chegar ao Plenário para dar andamento aos outros projetos. Desejavam que não obstruíssemos demais o orçamento, sem saberem eles que nós queríamos e queremos votá-lo o quanto antes.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares - Peço o encerramento de plano da reunião, presidente, e retornarei com os meus 19min25s que ainda tenho na reunião da tarde para continuar a discussão. Falarei sobre a reforma administrativa. Eles estão dizendo que não têm dinheiro, mas estão gastando mais. Fizeram uma reforma e criaram quatro secretarias a mais e inúmeras subsecretarias. Vou entrar nesse assunto na parte da tarde, é importantíssimo. Aliás, quero a presença de mais deputados e deputadas no Plenário para essa discussão. Então, por isso, peço o encerramento de plano da reunião, presidente, resguardando-me o direito de gastar esses 19 minutos na reunião da tarde. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos deputados João Leite e Bráulio Braz; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia); 2ª Fase: Registro de Presença - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.496/2014; discursos dos deputados João Leite e Rogério Correia; Questão de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:



Adalcleber Lopes - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Braulio Braz - Doutor Wilson Batista - Agostinho Patrus Filho - Antônio Carlos Arantes - Antônio Jorge - Antonio Lerin - Arlete Magalhães - Arnaldo Silva - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Celise Laviola - Cristiano Silveira - Dilzon Melo - Dirceu Ribeiro - Doutor Jean Freire - Durval Ângelo - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fábio de Avelar - Felipe Attiê - Fred Costa - Geisa Teixeira - Gil Pereira - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ione Pinheiro - Ivair Nogueira - João Alberto - João Leite - João Magalhães - Léo Portela - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Marília Campos - Mário Henrique Caixa - Missionário Márcio Santiago - Noraldino Júnior - Nozinho - Ricardo Faria - Roberto Andrade - Rogério Correia - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, aproveito este momento para fazer homenagem ao Clube Atlético Mineiro, esse clube que carrega o nome de Minas Gerais por onde vai, e que hoje completa 107 anos. Quero estender a todos os atleticanos espalhados pelo mundo esse nosso abraço e parabenizar o Clube Atlético Mineiro por essa história tão bonita e por representar tão bem Minas Gerais. Aproveitando a oportunidade, colocarei um trecho do hino do Clube Atlético Mineiro para tocar.

- Ouve-se trecho do hino do Clube Atlético Mineiro.

O deputado João Leite - Solicito que conste nos anais da Assembleia Legislativa essa homenagem não apenas minha, mas que a Assembleia Legislativa faz ao Clube Atlético Mineiro nesse dia tão importante da sua história. É um senhor de 107 anos de muito respeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Registrem-se as palavras do deputado João Leite nos anais da Casa, até por que há uma grande identidade do João Leite, como atleta exemplar, atleta de Cristo, que serviu tão bem ao Clube Atlético Mineiro e ao Brasil. Com a palavra, para discutir, o deputado Braulio Braz.

O deputado Braulio Braz - Presidente Hely Tarquínio, aproveito o momento para fazer menção à ausência do nosso nobre companheiro, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está convalescendo-se de uma cirurgia. Tenho certeza de que a ausência dele é muito sentida pelos companheiros. Realmente, ele está precisando de repouso por recomendação médica. Quero levar essa lembrança a todos os companheiros, pois precisamos orar por ele. Ele está se recuperando muito bem, e claro, a cirurgia foi um sucesso, mas sabemos que, pela assiduidade do companheiro Dalmo Ribeiro Silva, na Assembleia Legislativa, em um momento tão importante como este em que estamos votando e discutindo o orçamento do governo do Estado, algo muito aguardado por nossos conterrâneos no Estado de Minas Gerais, acho importante, quando pudermos, em nossas residências, em nossos *habitats* naturais, quando estivermos com nossas consciências leves, limpas e tranquilas, orarmos pela recuperação do nosso companheiro Dalmo Ribeiro Silva. Obrigado.

O presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Registro de Presença

O presidente - A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Vila Ideal - Serra Dourada, de Ibirité. Estejam à vontade entre nós. É um prazer a presença de vocês neste Plenário da Assembleia Legislativa.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.496/2014, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 para o exercício 2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 32 e 33, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 36 a 38, 40, 42 a 45, 47 a 54, 56 a 58 e 61 a 82, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 31, 39, 41, 46, 55, 59 e 60 e com as Emendas nºs 84 a 144, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 25, 34, 35 e 83. A Emenda nº 31, apresentada por parlamentar, e as Emendas nºs 39, 41, 46, 55, 59 e 60, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, ficam prejudicadas pela aprovação das respectivas subemendas. A Emenda nº 1 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 52; a Emenda nº 2 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 46; e a Emenda nº 26 fica prejudicada pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 60. As Emendas nºs 27 a 30 foram retiradas pelo autor. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite, que ainda dispõe de 27 minutos e 50 segundos.

O deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. deputados, Sras. deputadas, retorno para dar continuidade à discussão do Projeto de Lei nº 5.496, do governador do Estado. Ontem falávamos sobre os cortes no orçamento. Fazíamos uma comparação do governo federal com o governo do Estado de Minas Gerais e com governos do mesmo partido. Falávamos especialmente sobre a resistência das ruas, a resistência da população à presidente Dilma, que cresce a cada dia. Hoje li *O Globo* pela manhã, e fiquei impressionado com a reação do senador Paim, do PT. O senador, devido ao não cumprimento das promessas da presidente Dilma, dá uma entrevista ao jornal, dizendo da sua pretensão de sair do PT. O senador Paim não se sente confortável para votar as medidas que restringem direitos dos trabalhadores brasileiros. Imaginem, Srs. Deputados, um senador, do Partido dos Trabalhadores, não aceitar votar as



Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que restringem a concessão de benefícios trabalhistas. É algo impressionante e que entra definitivamente para a história brasileira: um partido chamado Partido dos Trabalhadores restringe direitos do trabalhador. Vimos aqui, ontem, um espetáculo lamentável: o Partido dos Trabalhadores virando as costas para trabalhadores.

Trago algumas cartas, líder Luiz Humberto Carneiro, de servidores que se encontram no Estado por mais de 20 anos e cujo único sonho na vida era o de se aposentar no regime próprio do servidor do Estado. Cito aqui a mensagem de Alexandrina Paula. Embora não a conheça, ela é neta do Sr. Manuel, o português que tinha um restaurante na rua, em frente ao local em que o Atlético treinava. Ela se lembrava de que eu passava sempre por lá para cumprimentar o seu pai. A professora Alexandrina Paula está afastada de suas funções por motivo de doença. No ano passado, ela foi ao INSS e, apesar de o perito reconhecer que ela estava doente, não a pode receber pois não havia sido repassada a contribuição de 12 meses de carência. Ela diz: “Sr. Deputado, e agora? O que será de nós, profissionais doentes da educação e sem condições de trabalhar? Pelo amor de Deus, não nos desampare. Ajude-nos. Lute por nós, por favor. Não deixe que nos mandem para o INSS, ou, se isso ocorrer, por favor, nele não nos deixe sem carência - os 12 meses de contribuição. Preciso do pagamento para pagar meus medicamentos e consultas. Tenho depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático contraído em sala de aula. Pelo amor de Deus, ampare-nos. O que o senhor pretende fazer? Por favor, olhe por nós, doentes”.

Nós nunca vimos, na história da humanidade, um partido que se diz dos trabalhadores, abandoná-los dessa maneira. Tenho mais cartas, líder Mourão, de pessoas que estão apavoradas por causa dessa situação: a retirada de direitos trabalhistas dos servidores, sobretudo em relação ao regime próprio de previdência e ao Ipsemg.

Um advogado me escreve dizendo que representa uma senhora, que serviu como faxineira e cantineira no nosso Estado, durante nove anos e onze meses, a completar no final de março. (- Lê:) “Com a designação perante o INSS, ela perde todos os seus direitos, e por um mês não poderá aposentar-se, apesar de ter contribuído todo esse tempo. É com tristeza que faço contato com V. Exa., para comunicar que entraremos com as providências jurídicas cabíveis, rogando pela complicada justiça de nosso país”.

Crueldade é o que o Partido dos Trabalhadores está fazendo com essas trabalhadoras e trabalhadores. Alguns tentavam gritar aqui ontem, líder Dilzon Melo, e não conseguiam, porque têm suas cordas vocais já comprometidas por tantos anos trabalhando para o Estado. E nós nos apegamos à letra fria da lei, para dizer que essas pessoas não têm esse direito.

Quero fazer uma comparação com essa crueldade que está sendo feita com os trabalhadores da Lei nº 100 e com os trabalhadores brasileiros que perdem agora seu auxílio-desemprego, algo já consagrado na legislação trabalhista. E ontem ouvimos falar em verdade aqui. Qual é a verdade? Estamos votando contra os trabalhadores. Segurar a PEC nº 3 é uma maldade. Votem contra, assumam, deem parecer contra na comissão especial. Quem é o relator? Até hoje... E nós estamos nos aproximando do dia 1º de abril. É a morte dessas trabalhadoras e trabalhadores. O PT colocará 70 mil pessoas nas ruas, sem direito a absolutamente nada.

Continuam as cartas. (- Lê:) “Caro deputado, desculpa incomodar, mas gostaria de pedir uma sensibilização da sua parte para a situação dos trabalhadores em educação em Minas Gerais. Há muitos anos estavam assegurados os nossos direitos trabalhistas, o meu direito à aposentadoria pela Lei nº 100. Estou há 27 anos servindo numa escola. Tenho colegas de 20, 10 anos, todos pais, mães, chefes de família. Simplesmente vão deixar seu trabalho no dia 1º de abril. Não estou pedindo aumento de salário ou qualquer benefício. Estou pedindo para que vocês mantenham a oportunidade de nos aposentarmos pelo regime próprio da previdência do Estado, para o qual contribuimos por longos 27 anos”.

Eu já vi maldades, mas como essa, na história política do Brasil, nunca vi. Ontem recebi essa manifestação de uma das pessoas que estavam aqui. Diz ela: “Não quero ser aposentada pelo INSS. Sou professora, 50 anos de idade, 27 anos trabalhando. Por 27 anos paguei o Ipsemg”.

Qual a explicação para se negar a essas pessoas o regime próprio do Estado? A PEC nº 3 não dá nenhum outro direito a esses trabalhadores, dá apenas um direito consagrado na nossa Constituição: aposentar pelo regime próprio do Estado, que contribuíram por 27 anos. Qual a razão de não colocar a PEC aqui no Plenário para manifestação? Se não quer dar esse direito à trabalhadora, que vote contra. Mas assentar em cima é uma crueldade. No dia primeiro de abril veremos todas essas pessoas indo para as ruas. Mas o mais grave é vermos uma PEC, que pode ser discutida, não sair do lugar.

Concederei, com muito prazer, um aparte à deputada Marília Campos, mas ela, vice-presidente da comissão especial da PEC, e o deputado Rogério Correia, presidente, não fizeram nada até agora. A PEC está parada. Vamos nos manifestar sobre a PEC.

Quero dizer também que as emendas à PEC, do deputado Rogério Correia, são outra crueldade. Emenda nº 73: “...dá a oportunidade de designar esses trabalhadores a partir de primeiro de abril”. A Emenda nº 74 diz: “Os concursados, preferencialmente, ocuparão os cargos dos designados da Lei nº 100”. A educação tem muitas vagas, há déficit de professores, há déficit de profissionais da educação, mas o deputado faz uma emenda dizendo que os designados têm que sair. Vejam o caso dessa mulher que pagou IPSEMG por 27 anos. Existe crueldade maior do que essa? Essa é a disputa que tem que ser feita. Por isso o senador Paim quer ir embora do PT. Ele não quer votar perda de direitos trabalhistas. É o que estamos fazendo na Assembleia Legislativa: tirando o direito de uma mulher que trabalhou durante 27 anos.

A deputada Marília Campos (em aparte) - Deputado João Leite, acho que V. Exa. deve ter melhores condições de esclarecer, não só aos novatos como eu, mas também aos servidores da Lei nº 100, porque era da base do governo anterior. Como é do conhecimento de V. Exa., no ano de 2014, o governo do Estado contribuiu durante três meses para o INSS, maio, junho e julho. Tudo isso numa tentativa de fazer, por vias administrativas, com que o INSS assumisse os direitos previdenciários dos servidores. Em seu discurso, V. Exa. começa relatando um grave problema, que é o desamparo dos trabalhadores da Lei nº 100 em relação ao acesso aos benefícios previdenciários. Pois bem, o governo anterior fez a contribuição na perspectiva de que o INSS assumisse os direitos previdenciários dos servidores da Lei nº 100. Só que, deputado, ele contribuiu e os servidores começaram com o INSS, que se recusou a garantir os direitos previdenciários. Logo depois disso, como houve a recusa por parte do INSS, o governo do Estado entrou com uma liminar para que o INSS assumisse os direitos previdenciários e o governo do Estado perdeu essa liminar. O que o governo do Estado deveria ter feito depois desse julgamento? Deveria ter emitido o certificado por tempo de contribuição, só que do ano passado para cá nenhum



certificado foi emitido. E o que esse certificado possibilita? Fazer o encontro de contas. Como o tempo de contribuição está no Estado, os salários estão no Estado, o INSS só pode conceder o direito previdenciário mediante essa certificação, que não foi emitida pelo Estado.

Por essa razão, os servidores ficaram desamparados. O que quero dizer para o senhor, que tem melhores condições de esclarecer, é que, no governo do Pimentel, o certificado vai ser emitido e, dessa forma, o servidor da Lei nº 100 não terá o desamparo previdenciário. Muito obrigada.

O deputado João Leite* - Obrigado, deputada Marília Campos. Concederei aparte, com prazer. A história é bem mais comprida, deputada. Em primeiro lugar, porque a Lei nº 100 veio para corrigir erros do Estado desde o primeiro governo Hélio Garcia, quando as pessoas começaram a ser contratadas. Alguns gostam de falar no Aécio Neves, mas isso começou no primeiro governo. Em 1997, apresentei uma emenda aqui para alcançar essas pessoas. Nos governos do PT e do PMDB, essa emenda foi rejeitada. Estamos tentando resolver essa situação há muito tempo, até que veio a Lei nº 100 e deu a possibilidade de essas pessoas se aposentarem no regime próprio. Não vou dizer para essa pessoa aqui que ela precisa de uma certificação do INSS. Ela pagou no regime próprio do Estado por 27 anos. Como vou dizer a ela: você precisa de um certificado no INSS? As professoras que estavam aqui ontem tinham dois cargos: um cargo num colégio particular e faziam 24 horas no Estado. Aposentaram-se pelo INSS, já no cargo, e estão há quase 30 anos no Estado. Se V. Exa. der o certificado para ela, não terá direito à aposentadoria porque já se aposentou pelo INSS. A coisa é muito mais grave. Estamos tratando de uma questão social gravíssima. Ela não tinha direito de trabalhar numa escola particular? Trabalhou, se aposentou e, ao mesmo tempo, cumpriu a jornada em outra escola por 27 anos. Agora vamos mandá-la para o INSS. Ela já tem aposentadoria pelo INSS e vai perder os 27 anos em que contribuiu com o regime próprio do Estado de Minas Gerais. Isso é uma maldade.

Antes de conceder os apartes, com muito prazer, quero terminar minha fala. A maldade é maior. Por quê? Quando foi apresentada a Lei nº 100, a oposição votou favoravelmente. Os deputados do PT votaram favoravelmente à Lei nº 100, mas hoje estão aguerridos contra ela. Votaram favoravelmente, foram aplaudidos pelos professores, mas agora são contra. Eles se uniram ao procurador Álvaro Souza Cruz, irmão do deputado Sávio Souza Cruz, que apresentou ação direta de inconstitucionalidade. Aí foi colocado como relator o Dias Toffoli, advogado do PT, que pegou a ação de Minas Gerais, que estava em milésimo lugar, e a colocou em primeiro. Achava que ia atingir Aécio Neves ou a base de Aécio Neves, o PTB, o PDT, mas atingiu pessoas como essa mulher aqui. São Paulo tem 200 mil pessoas na mesma situação, que estão com os direitos garantidos. Qual é a razão de o PT fazer isso com as professoras, com as cantineiras? Qual é a razão de fazer isso com essas pessoas? Isso não tem explicação. Expliquem o fato de uma mulher que pagou o Ipsemg por 27 anos perder esse dinheiro agora.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)* - Obrigada, deputado João Leite. Em primeiro lugar, parabéns, deputado. É isso mesmo, os servidores da Lei nº 100 não podem ser penalizados pelos erros do governo. Se houve o erro, não são os servidores da Lei nº 100 que vão ter que pagar isso. Eles são vítimas, e temos a obrigação de olhar para o lado deles. Eles estão sofrendo. Parabéns.

Quero cumprimentar os alunos da Escola Municipal Vila Ideal, de Ibitiré. Sejam bem-vindos. Que Deus os abençoe, meus conterrâneos de Ibitiré. Hoje eles estão conhecendo a Assembleia, a verdadeira Casa do povo. Dou boas-vindas a eles. Obrigada por estarem aqui. Obrigada, deputado João Leite.

O deputado João Leite* - Obrigado, deputada Ione Pinheiro. Sejam muito bem-vindos. É uma alegria recebê-los aqui. Com muito prazer concedo aparte ao deputado Durval Ângelo, líder do governo Pimentel e do PT nesta Casa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Obrigada, deputado e amigo João Leite, parlamentar que respeito muito nesta Casa. Mesmo estando momentaneamente em campos diferenciados na questão ideológica, estamos sempre no mesmo campo na defesa da vida e na defesa da justiça.

Citei ontem a frase atribuída a Aristóteles que afirmou: "Antes de ser amigo de Platão, sou amigo da verdade". No sistema previdenciário não se fala em perda de tempo. Não existe isso. Um professor não perde nunca 27 anos de trabalho. É só emitir a certidão. A Constituição Federal, nos arts. 222 e 223 fala da compensação do sistema. Primeiro, alguém que porventura seria aposentado pelo regime geral do INSS, pode pedir o recálculo da aposentadoria pelo acréscimo de tempo; segundo, a Constituição Federal deu um tratamento diferenciado ao professor e médico. Nós somos, e aí eu falo como professor de 38 anos, as duas categorias que podem ter duplo vínculo de aposentadoria, no INSS, e duplo vínculo de aposentadoria no regime geral. Podemos ter dois e um em cada um dos regimes. Isso é permitido. Já existe jurisprudência nesse sentido. Então, na realidade, o professor acaba tendo um benefício mais efetivo. Se for mulher e tiver 60 anos de idade e no mínimo 15 anos de contribuição, não importa o regime, porque os sistemas se compensarão, pode requerer sua aposentadoria. Se for homem e tiver 65 anos de idade e no mínimo 15 anos de contribuição, os sistemas se compensam. Então, só é necessário que o Estado encaminhe uma certidão.

Gostaria de responder ao nosso Águia do Ibituruna que ontem falou que o orçamento, por norma constitucional, tem que ser aprovado em um ano para valer no ano seguinte. Disse que, quando houver qualquer parecer já votado na comissão, não pode mudar. Disse também que a solução trazida de Brasília pelo deputado Tiago Ulisses não é constitucional - palavras do nosso Águia do Ibituruna -, pois representaria o arranjo decorrente de uma falha prática. Olha bem, dos oito orçamentos do Fernando Henrique, quatro foram aprovados em situação excepcional no ano seguinte. O orçamento de 2000, a Lei nº 9.969, foi aprovada em 11/5/2000. Orçamento de 1999, Lei nº 9.789, de 23/2/1999, já com parecer da comissão. Orçamento de 1997, que se transformou na Lei nº 9.438, de 26/2/1997. O orçamento de 1996 foi a Lei nº 9.275, de 9/5/1996. Agora o mais interessante. Na era Itamar, quando o ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso - ficou até 30/3/1994 -, o Itamar aprovou a lei, já com parecer no ano anterior, que foi modificada, Lei nº 8.933, em 9/11/1994.

Então, deputado Hely Tarquínio, estamos aqui pelo mesmo procedimento que o Fernando Henrique teve por quatro vezes e que o Itamar teve no último ano de governo. Não existe nenhum problema de constitucionalidade, e os argumentos se fazem presentes. Acredito, deputado João Leite, que o nosso relator da Constituição Estadual, o nosso águia do belo Ibituruna, saberá fazer uma correção em relação a isso.



Concluindo, afirmo, Srs. deputados, que podemos votar, com toda a segurança a Lei Orçamentária.

O deputado João Leite* - Obrigado, deputado Durval Ângelo. Fiquei com medo de V. Exa. fazer como a presidente Dilma que voltou ao caos de 29, ou seja, à quebra dos Estados Unidos, mas V. Exa. falou apenas sobre o Fernando Henrique, em 1993, após o *impeachment* do jovem presidente Fernando Collor. Aliás, foi justamente nessa época que entrou Itamar Franco, e Fernando Henrique era o seu ministro da Fazenda.

Com todo respeito ao deputado Durval Ângelo, fico com o deputado Bonifácio Mourão, que é o relator da Constituição do Estado de Minas Gerais e que domina tanto a Constituição do Estado quanto a Constituição Federal.

Pena que o deputado Durval Ângelo acabou de sair em razão de outros afazeres. Em relação ao tema justiça, líder Mourão, eu me apego à palavra de Deus, à Bíblia. O primeiro julgamento que aconteceu na Bíblia foi quando Deus se encontrou com Abraão e disse a ele que destruiria Sodoma e Gomorra. Então o primeiro advogado da história foi Abraão que perguntou a Deus o que aconteceria se houvesse 50 justos em Sodoma e Gomorra, e Deus lhe respondeu que nesse caso não destruiria a cidade. Mas Abraão insistiu na sua petição e perguntou o que aconteceria se houvesse 40 justos lá, e Deus respondeu que por amor de 40 justos também não destruiria Sodoma e Gomorra. Abraão fez várias petições, entretanto, não havia justos em Sodoma e Gomorra, e Deus destruiu aquelas cidades.

Quero ficar com esse coração de Deus que nunca tem uma decisão final para que possamos continuar clamando a ele. Aliás, estou em oração neste momento e ao longo de todos esses dias passados. Sinto a dor dessas mulheres, e imagino o que Deus também está sentindo por causa delas e de seus filhos. Com certeza, deixamos essas mulheres envergonhadas. Os homens desta Casa ficam impotentes e clamam pelo parecer da comissão à PEC nº 3, mas pessoas sem coração sentam em cima de uma decisão que atende as pessoas. Muitas pessoas se sentem como Deus.

Lamento não poder ouvir o deputado Bonifácio Mourão em função do meu tempo, mas gostaria de lembrar o Novo Testamento, quando os fariseus se juntaram porque o homem foi curado no sábado. Foi dada ao homem a sua aposentadoria. Jesus curou o homem no sábado. Então vieram os fariseus, os doutores da lei, os legalistas e disseram que teriam de morrer porque no sábado não poderiam trabalhar, mas Jesus disse que eles estavam enganados. Jesus disse que o sábado foi feito para o homem e para a mulher e não o homem e a mulher para o sábado.

A Constituição de Minas Gerais, relatada pelo ilustre deputado Bonifácio Mourão, veio para nos atender, para atender às pessoas e atender ao ser humano. A Constituição Federal foi escrita para a vida das pessoas, para a dignidade humana, e não para fazer o que o PT está fazendo com essas mulheres e homens trabalhadores, que estão há 27 anos nas nossas escolas. É muita covardia o que está sendo feito. Fico com a vida. Se for preciso, rasgo a Constituição para defender a vida. Muito obrigado, presidente.

O presidente - Quero também nessa hora fazer um elogio aos deputados que participaram agora desse debate. Acho que voltamos a um bom nível de discussão, em que as ideologias prevalecem no campo das divergências, mas com alto nível. Isso engrandece a Assembleia. Espero que tenhamos esse comportamento daqui para frente. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputados e deputadas. Inscrevo-me para também fazer a discussão do orçamento deste ano, mas não poderia deixar de, assim como o deputado João Leite já o fez, saudar o glorioso Clube Atlético Mineiro, que hoje completa 107 anos de glórias e vitórias. O deputado João Leite foi goleiro do galo. Eu, da arquibancada, já o aplaudi muito na época do grande Reinaldo, Marcelo e todos os outros. Então faço uma saudação ao glorioso Clube Atlético Mineiro junto ao deputado João Leite. Também o Marques esteve conosco. Temos também o Caixa. Então a bancada do Galo está firme na Assembleia Legislativa. Faço também uma saudação aos nossos adversários rivais cruzeirenses que estão aqui meio que invejosos hoje dos 107 anos do Galo. O Cruzeiro ainda chega lá. Chegará mais atrasado mas chegará.

Sr. Presidente, inscrevi-me para discutir o orçamento e quero iniciar dizendo que essa peça orçamentária que votaremos restabelecerá a realidade em Minas Gerais. Digo com tranquilidade aos deputados e às deputadas e aos mineiros e às mineiras que foi oportuno e correto não votar o orçamento que veio do governo passado, no ano passado. Por quê? Porque era um orçamento de fantasia. Ele era mais uma pegadinha, para este ano, de um governo que predeu as eleições, que uma peça orçamentária real, se colocássemos na prática o que teríamos para governar Minas do ponto de vista financeiro. Então, Doutor Jean Freire, a peça era uma ficção. Costuma-se dizer que peça de orçamento é sempre ficção, mas não é bem assim, é uma estimativa que se faz de acordo com a realidade. A peça enviada pelo governo anterior não era uma estimativa, mas, repito, uma pegadinha. Para vocês terem uma ideia, ela tinha um déficit de R\$7.000.000.000,00. Não fazemos um orçamento com uma diferença tão grande. Não se faz uma estimativa orçamentária com uma diferença tão grande para não prejudicar o Estado.

O que pretendia o governo com isso? Dizer que existiu em Minas um crescimento, o que era irreal, que também haveria uma economia, que não é real, e que o orçamento deveria ser cumprido pelo governo. Depois eles diriam que o governo não cumpriu essa peça fantasiosa. A pegadinha está exatamente aí. Depois viriam aqui, enquanto oposição e derrotados nas urnas, para dizer: “Não. O governo do Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores, do PMDB não cumpriu a peça orçamentária, não conseguiu arrecadar o que prevíamos e gastou mais que o orçamento permitia”. Esse era o discurso que se procurava fantasiar e, por isso, tivemos uma peça orçamentária tão mentirosa. Por que a peça é mentirosa? Ela fez uma estimativa de R\$4.800.000.000,00 a serem arrecadados pelo Estado em alguns setores contra uma média de aproximadamente R\$2.200.000.000,00 nos últimos 12 anos. Portanto o valor nunca chegou próximo a esses R\$4.800.000.000,00. Faço um parenteses para dizer que isso não significa, portanto, nada relativo à crise nacional ou à crise econômica internacional. Isso diz respeito a uma superestimativa feita sabe-se lá com base em quê. Ampliavam demasiadamente uma arrecadação que certamente não teríamos. A peça orçamentária atual, então, restabelecerá a verdade e se baseará na média do crescimento que teremos, mantendo a estimativa de aproximadamente R\$2.600.000.000,00, valor acima, aliás, da média arrecadada.

Então, essa peça estabelece agora uma arrecadação real para o Estado. Isso é importante. Repito, não podemos fazer um orçamento superestimado porque não teremos recursos para cumpri-lo.

O governo passado estabeleceu também, na peça orçamentária, uma despesa inferior à despesa real. Por que ela é inferior? Explico aos servidores públicos mineiros. O governo estimou que a despesa com o servidor público, do ponto de vista de salário, seria



exatamente a mesma do ano passado, como se não houvesse crescimento vegetativo da folha e compromisso de reajustes, por exemplo, com a Polícia Militar. Só aí dá uma diferença de quase R\$1.000.000.000,00. Ou seja, não estava previsto o reajuste já negociado com a Polícia Militar, o que significa que o governador Fernando Pimentel chegaria a uma crise com a falta de previsão do recurso para pagar um acordo feito com a Polícia Militar. Ora, o que queria o governo passado? Criar uma crise do atual governo com a Polícia Militar, quando não colocou os recursos para cumprir acordo feito com a própria Polícia Militar. Veja bem, Cherem, que maldade estava posta na peça orçamentária.

Segundo o projeto de lei, estava previsto um reajuste de 4,5% para o servidor público, no entanto, não havia previsão orçamentária, até porque isso ultrapassaria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas fizeram essa demagogia, aliás, mais uma. Vou falar de demagogia mais à frente, e essa foi uma delas. Então, bondosamente, no final de governo: “Tome 4,5% de aumento, servidor público, a quem arrochei a vida inteira. Tome 4,5% agora que estou saindo do governo, e o Pimentel que se vire”. E o dinheiro? O dinheiro não tem. Bom fazer demagogia com o chapéu dos outros. É fácil. Sai do governo e faz tudo o que não fez. Vão aposentar as professoras sem que façam concurso. É fácil falar, não é? “Coitadinhas das professoras. Estão escrevendo cartas”. É verdade. Coitadinhas mesmo. Os tucanos fizeram com elas uma covardia, com a famigerada e fracassada Lei nº 100. Agora estão prometendo que vão efetivá-las sem concurso. Apavoradas, elas se agarram a tudo. O afogado se agarra a uma folha de bananeira para não morrer na correnteza do rio. A folha de bananeira não salvará o afogado, mas eles prometem: “Agarrem-se, professores, a essa folha de bananeira”. E elas se afogam, e eles prometem o céu a elas. É assim que funciona. A demagogia é simples, mas a solução é mais complicada. Vou falar desse assunto depois.

Quero mostrar a vocês onde chegou o grau de demagogia. Outro dia prometeram mais 13% aos professores. Nunca deram nada. Aliás, parêntese, nem alimentação os professores podiam ter. Tenho notícia boa, claro que não é tudo, mas mostra que o nosso governo terá respeito pelos educadores. A partir de abril está liberado, e todos os educadores poderão, como deveria ter sido sempre, alimentar-se na escola. É o mínimo. Simples. Uma canetada resolveu 12 anos de repressão. Antes eram as mãos de tesoura do choque de gestão, lembram? As mãos de tesoura do choque de gestão cortaram a comida das professoras. Agora alguns vêm dizer, “coitadas das professoras”, coitadas de quem? daquelas que vocês cortaram até a comida? O grau de demagogia espanta porque a palavra é fácil.

Então, Cherem, o governo está restabelecendo a verdade em relação à questão orçamentária. O orçamento agora posto é o real. Dentro desse orçamento, duas correções importantes estão sendo feitas também pelo nosso governo, cujos compromissos são fundamentais. Primeiro, a educação terá religiosamente 25%. Não haverá cortes como havia anteriormente. A dívida que o governo anterior deixou, da herança maldita com a educação - V. Exa. se lembra das denúncias do sindicato -, era de R\$8.000.000.000,00. Essa foi a dívida que o governo tucano deixou nos 12 anos de governo para a educação. Repito, são R\$8.000.000.000,00, porque não se aplicavam os 25%. Qual era o truque feito no orçamento? Eles diziam que o pagamento dos aposentados contabilizava nos 25% da educação. Então, a previdência contava na educação. Com isso, você foi prefeita e sabe que não pode, eles diminuíam a verba da educação. Isso deu uma defasagem de R\$8.000.000.000,00.

Quando isso era feito na educação pelas prefeituras, o Ministério Público indiciava o prefeito por crime de responsabilidade, e ele era cassado e perseguido. O governo do Estado criou o termo de ajustamento de gestão - TAG -, que era um documento assinado entre o Tribunal de Contas e o governo passado, para que este não precisasse investir os 25% na educação. Lembremos que o governo passado não aplicava os 25% na educação, o que gerou R\$8.000.000.000,00 em dívidas. É difícil escutar a verdade, pois dói no coração, mas é preciso dizer e é preciso escutar. Isso está agora restabelecido no orçamento. Aplicaremos os 25%, e a questão da previdência é diferente da educação. Não haverá esse truque.

O deputado Fábio Cherem (em aparte)* - E o TAG venceu agora.

O deputado Rogério Correia - E o TAG acabou. Mas não queremos esse maldito TAG. Não faremos algo desse tipo de jeito nenhum. Agora o orçamento prevê direitinho os 25% na educação e não mais uma parte para a previdência. Isso está proibido. Parabéns, governo Fernando Pimentel, pois, no primeiro ano, já cumpriu esse compromisso de investir 25% na educação, sem fantasias e sem mentiras.

Em relação à saúde, os 12% de investimento também estão garantidos. Deputado Doutor Jean Freire, a dívida que os tucanos deixaram era de R\$8.000.000.000,00 na saúde pública, pois o truque que utilizavam era o do dinheiro da Copasa, que era contabilizado como recurso próprio. Eles tratavam o dinheiro da Copasa, que é empresa, como recurso do orçamento. Com isso, a saúde ficou com muito menos do que os 12%, acarretando uma dívida de R\$8.000.000.000,00.

O governo passado saiu como herança maldita. O senador Aécio Neves, réu no Tribunal de Justiça, deixou uma dívida de R\$8.000.000.000,00 na educação e R\$8.000.000.000,00 na saúde. Isso era o que chamavam de mãos de tesoura e choque de gestão. Esse era o governo tucano. Isso foi restabelecido no orçamento. Doutor Wilson Batista, que é um defensor da saúde pública, sem truques, investiremos agora os 12% na saúde, também restabelecidos no orçamento como compromisso de campanha.

É claro que o Pimentel não resolveu tudo, pois temos apenas três meses de governo, mas ele já dá sinais de que o que foi prometido na campanha será retomado.

Antes de falar sobre a retomada do crescimento, que é um problema, concederei alguns apartes, pois gostaria de esclarecer o que está no orçamento atual e o que estava no antigo, para que possamos dizer ao nosso cidadão que realmente não podíamos votar o orçamento no final do ano passado. Se tivéssemos feito isso, teríamos uma peça de ficção, de mentirinha, com prejuízo para a educação, para a saúde e para o povo mineiro.

O deputado Fábio Cherem (em aparte)* - Agradeço o aparte ao deputado Rogério Correia. Acompanhei atentamente a explanação do secretário Helvécio e do secretário José Afonso. Em alguns momentos, foi dito que Minas Gerais perdeu tempo por não ter aprovado o orçamento enviado pelo governo anterior imediatamente no final do ano. Penso que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi cautelosa e teve os seus motivos, independentemente das variações econômicas que ocorrem no plano mundial.

Rubricas orçamentárias importantíssimas tinham sido - acho que nem posso dizer isso - subestimadas, pois se a folha de pagamento é histórica, sem aumento e sem resíduos, no valor de R\$33.000.000,00, e é posta uma rubrica de R\$28.000.000,00, como havia sido feito no orçamento anterior, que consequências isso gera? Chegaríamos ao meio do ano sem condições de pagar parte da folha de outubro, a de novembro e a de dezembro com o 13º salário. E o governador eleito democraticamente teria de vir à Casa para pedir suplementação orçamentária de rubrica para efetuar os pagamentos.

Além disso, fiquei muito impressionado com a antecipação de dividendos de todas as companhias de que o governo de Minas é acionista. O secretário da Fazenda disse que ainda não pôde separar os valores, tendo em vista que R\$786.000.000,00 de dividendos, referentes ao exercício anterior, que deveriam ser pagos em 2015, para o bom início do governo Fernando Pimentel, foram antecipados. Dessa forma, comeu-se do que ganhou, gastou-se em 2014 aquilo que ainda seria dividendo em 2015. Mais do que isso, várias vezes mencionamos aqui a questão de V. Exa. ocupar a tribuna para falar da imensa publicidade do governo anterior.

Em relação ao orçamento anterior, os R\$75.000.000,00 de publicidade foram integralmente executados, deixando ainda em Restos a Pagar, na rubrica Publicidade, mais R\$24.000.000,00. Ou seja, o governo anterior executou totalmente a rubrica de R\$75.000.000,00 mais R\$24.000.000,00 de Restos a Pagar, gastando R\$99.000.000,00 em publicidade somente em 2014.

O deputado Rogério Correia - Noventa e nove milhões de reais em publicidade no ano passado?

O deputado Fábio Cherm (em aparte)* - Ele executou totalmente e pagou a rubrica de R\$75.000.000,00, deixando ainda, na rubrica de Publicidade, mais R\$24.000.000,00 para o novo governo como Restos a Pagar. Ou seja, foram executados os R\$99.000.000,00, pagaram os R\$75.000.000,00 e deixaram R\$24.000.000,00 para que se efetuassem os pagamentos.

A título de exemplo, para que não houvesse diferença entre o discurso e a prática, a rubrica orçamentária para a publicidade apresentada nesse orçamento pelo secretário de Planejamento foi de R\$71.000.000,00. Poderíamos dizer que, comparando com o governo anterior, foram economizados R\$4.000.000,00. Mas, nas verdade, não é nada disso. Nesses R\$71.000.000,00 estão incluídos os pagamentos dos R\$24.000.000,00. Ou seja, o governo que se inicia, dentro da sua responsabilidade, da ponderação de realmente fazer economia, apresentou uma rubrica difícil de ser cumprida, de R\$47.000.000,00 de publicidade para o seu uso, contra R\$99.000.000,00 de publicidade do governo anterior. Dessa forma, vemos que se fala muito em amor a Minas, mas poderíamos realmente respeitar a democracia dando condições ao governo que foi democraticamente escolhido pelos mineiros, apesar dos R\$99.000.000,00 de publicidade, ter o seu início com o máximo de transparência e de transição.

Quanto à Lei nº 100, temos acompanhado a angústia dos 78 mil servidores da educação. Podem perguntar a qualquer cidadão brasileiro ou a qualquer servidor da Casa, da Assembleia Legislativa, se é a favor da efetivação de algum servidor sem concurso. O que ocorreu é que foi criada uma fantasia e os servidores embarcaram nela por meio da não decisão da Justiça durante esses anos. Agora, a Justiça se manifestou e a fantasia ficou para trás e o governo do Estado tem a responsabilidade de encontrar um caminho consistente para solucionar a vida desses servidores. Dessa forma, V. Exa. teve muita sensibilidade ao negociar com o governo a transformação dos não mais efetivados pela Lei nº 100 em designados, ocupando a sua função até 31 de dezembro para que todos possam ter a chance, ao longo desse tempo, de regularizar a sua situação em parâmetros factíveis, reais, legais, sem nenhuma vantagem, sem nenhuma esperteza, sem nenhuma sagacidade fora do âmbito da lei.

Por essas e outras é que acredito e defendo a postura a Assembleia Legislativa e do governo de Minas de analisar o novo orçamento com cautela. Não foi perda de tempo. Na verdade, foi perda de constrangimento, foi perda de tropeço no ano que se iniciaria agora. Porque, se o orçamento anterior tivesse sido aprovado, não teríamos o início de governo, teríamos de ficar continuamente recorrendo à Assembleia e todo o Estado ficaria frustrado considerando o novo governo incompetente e inapto para cumprir suas funções. A discussão desse orçamento agora na Casa como bases mais factíveis e reais mostra a cautela e o amor do governador Fernando Pimentel em executar o melhor governo possível para atender às demandas dos mineiros.

Era só isso. Muito obrigado pelo aparte, deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, deputado Fábio Cherm, V. Exa. colocou elementos a mais, que mostram com muita clarividência a importância que foi discutirmos e aprovarmos o orçamento agora e não no final do ano passado. É uma diferença grande.

Gostaria apenas de acrescentar às palavras do deputado Fábio Cherm - que se lembrou muito bem das publicidades - uma denúncia feita pelo jornal *Mercado Comum*: "A farra das publicidades". A maior obra do período aecista, de 12 anos, foi a Cidade Administrativa. Foi a maior obra. É questionável se ela seria prioridade. Acho que não, mas foi a maior obra. Ele queria parecer-se com JK, 50 anos depois. Nem moderno o senador Aécio Neves é; 50 anos depois ele fez a "Brasilinha". A "Brasilinha" do Aecinho. Cinquenta anos depois. Nem moderno é. Queria imitar JK, achou que ia ser o presidente da República. Aí, construiu a Cidade Administrativa, que foi superfaturada, custou quase o dobro do previsto. A farra das publicidades foi tão grande, que, ao final, com o que ele gastou com propagandas, daria para fazer duas cidades administrativas. Essa foi a farra das publicidades. Por isso, Minas era a ilha da fantasia, as coisas não apareciam. E tome recursos. Era assim que funcionava a ilha da fantasia.

Agora estamos fazendo o choque da realidade. Crise hídrica não existia em Minas. Não chovia, mas aqui não havia crise hídrica, estava tudo bem. Mas e a chuva que não vinha? Em Minas não havia problema, estava tudo bem. Depois que Pimentel assumiu o governo percebemos que a crise hídrica era grave. Até crise hídrica estava sendo escondida da população. Com o orçamento ocorreu a mesma coisa. Por isso acho importante que o orçamento seja rediscutido agora.

A deputada Marília Campos (em aparte) - Obrigada pelo aparte. Serei breve, deputado. Mais que choque de realidade, mais que deixar claro qual é a herança que o governo Pimentel está recebendo do governo anterior, nesse primeiro orçamento, nessa primeira iniciativa do governo existe uma ação clara de redefinir as prioridades do atual governo. Como V. Exa. nos mostrou, a prioridade do governo anterior foi a grande obra da Cidade Administrativa. Agora, vemos claramente que a grande prioridade do governo Pimentel é arrumar a casa, colocar o Estado de Minas Gerais numa rota de desenvolvimento diferente daquela do passado e redefinir prioridades, colocando prioridades nas políticas públicas. Por exemplo, cumprir o dispositivo constitucional na educação e na saúde.



É bom lembrar que, em qualquer reunião da área de saúde feita com municípios, os prefeitos e prefeitas pedem socorro, porque durante todos esses anos ficaram sobrecarregados. A receita dos municípios era muito comprometida com a saúde, porque o dispositivo constitucional, o índice que o Estado repassava era menor que o previsto pela Constituição. Deputado Rogério Correia, gostaria de parabenizá-lo pelo seu discurso e lembrar que o atual governo tem prioridades políticas diferentes. Confiamos que Minas terá um novo tempo. Obrigada, deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Obrigado, deputada Marília Campos. Com certeza, a sua contribuição será grande na Assembleia Legislativa, em função de sua experiência exitosa na Prefeitura de Contagem. V. Exa. nos ajudará nos rumos que o governo tem de tomar, porque as dificuldades são grandes.

Você mencionou a herança maldita. Então, gostaria de lembrar que está quase se encerrando o período de 90 dias. Nesse tempo, o governo do Estado está fazendo o balanço e as auditorias do que foi encontrado. Há coisas, deputada Marília Campos, do arco da velha, desde o rapa-tachos - V. Exa. não estava aqui na legislatura passada; raparam o tacho do Funpemp, tiraram o dinheiro dos servidores. Os mesmos que hoje se fazem de arautos na defesa do serviço público limpam a aposentadoria dos servidores, das professoras, coitadas. Eu gritava daqui: raparam o tacho. Tiraram tudo do servidor.

Concedo aparte ao deputado Vanderlei Miranda. É um prazer ouvir o líder da maioria na nossa Casa.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Rogério Correia, nesta semana ouvimos do nobre companheiro deputado Antônio Jorge comentários sobre as descidas do palanque. Vira e mexe, alguém se empoleira nesse palanque. Então, fugimos daquela que seria a discussão propositiva, produtiva, produzindo, assim, mais do mesmo.

Estou ouvindo, esses dias, as falas na tribuna a respeito do que eu chamaria de vitimados professores da Lei nº 100. Explico por que vitimados. Ao conversar com alguns colegas, vi que é muito difícil que se estabeleçam reais paralelos sobre essa questão. É sabido que se trata de um problema que se arrasta há muitos anos. Se for nominar esse ou aquele governo, no que se refere à responsabilidade, é difícil, porque o problema já surgiu há muito tempo. Abriu-se um parêntese com a Lei nº 100. Insiste-se para que assim permaneça, apesar de o Supremo tê-lo fechado, considerando-o inconstitucional, o que não poderia ser diferente.

Acreditar que é possível efetivar sem concurso é o mesmo que acreditar que seja possível apagar fogo com gasolina. Por que disse e usei a expressão vitimados da Lei nº 100? Porque uma verdade precisa ser restaurada, ou melhor, lembrada. Qual a razão da criação ou da proposição da Lei nº 100? Isso precisa ser bem esclarecido para a população, para os professores que agora assistem a esta reunião e que estão chateados, revoltados e com razão. Estão preocupados e inseguros e com razão. Por quê? Para fazer uma breve síntese, a Lei nº 100 foi criada porque, naquele momento, o governo estava inadimplente com o INSS, ou seja, não recolheu aos cofres deste a parte devida, recolhida dos professores.

Na iniciativa privada, militei por muitos anos, tive negócios na área da indústria de moda, lojas de varejo em Belo Horizonte e representantes por todo o Brasil. Não diferente de qualquer outro empresário, recolhia o INSS dos meus funcionários e imediatamente tinha que depositar na conta do órgão. Caso não o fizesse, estaria cometendo um crime. Qual? Crime de infiel depositário. Como tal, estaria sujeito às penas da lei, chegando, possivelmente, até à prisão por me tornar um infiel depositário, ou seja, apropriar-me de um recurso que não me pertencia.

Feita essa explicação, deputado Rogério Correia, o que o governo tinha, naquele momento? Um problema muito sério. Por quê? Porque ele estava inadimplente. E por causa disso não poderia tirar a Certidão Negativa de Débito - CND. Sem ela, não poderia receber as transferências voluntárias, nem tomar um centavo de empréstimo no Brasil ou fora daqui. Veio a Lei nº 100, sabidamente inconstitucional. Ela foi aprovada e com isso se regularizou a situação de inadimplência junto ao INSS. Então, o governo passou, novamente, a ter o direito de contrair empréstimos.

A verdade é que a Lei nº 100 não foi criada para ajudar os professores. Ela foi criada para resolver um problema de inadimplência que o estado tinha e que era muito sério. Criou-se uma expectativa em cima da classe dos trabalhadores do ensino, a de que era possível apagar fogo com gasolina, ou seja, de que era possível efetivar alguém nos quadros do estado sem passar por concurso. Isso gerou essa situação de insegurança e de insatisfação dos trabalhadores da educação, que estão inseridos na Lei nº 100.

Em resumo, essa é a verdade dos fatos. A Lei nº 100 não foi criada para beneficiar professores, mas para resolver o sério problema de inadimplência no Estado. O Estado precisava contrair empréstimos para continuar a cumprir seus compromissos, para continuar tocando seus projetos, então foi feita essa malfadada engenharia da criação da Lei nº 100, que agora culmina em todas essas consequências que estamos vendo.

Era apenas isso. Muito obrigado, Rogério.

O deputado Rogério Correia - Obrigado. O deputado Vanderlei Miranda restabeleceu um cronograma do que ocorreu, a Lei nº 100.

Deputados e deputadas, gostaria de partir para a segunda parte da minha fala acerca da retomada do crescimento e dos desafios que estão colocados para Minas Gerais. Apenas denunciar a herança maldita não resolve os problemas dos mineiros. É importante olhar o passado, mas mirando o futuro. E o nosso governo não deixará de mirar o futuro. Estabelecer o que ocorreu no passado é apenas uma obrigação. Não podemos fingir que os problemas de Minas não existiram. Trata-se também de uma disputa política. A oposição dirá que tudo de ruim começa agora. Aliás alguns já estão dizendo isso, dizendo que Minas era uma maravilha. Como havia muita propaganda, agora as coisas ruins estão aparecendo. É preciso estabelecer o que, de fato, são os problemas de Minas Gerais.

É fundamental falar também do futuro e dos problemas que teremos de resolver. Um deles é a retomada do crescimento do Estado, um problema do País também. Não estamos aqui dourando pílula. A crise econômica existe no Brasil, ela é profunda. O crescimento do PIB será mínimo neste ano. Há expectativa de retomada no ano que vem. A presidenta Dilma tem apostado no fim da crise, no contorno da crise e no crescimento do Brasil a partir do choque fiscal que está sendo feito neste ano. Também aposto nessa retomada porque as bases do desenvolvimento estão consolidadas. Fosse outro tempo, veríamos falido o País com essa crise internacional. Apesar da crise profunda, o Brasil não faliu; outros países faliram. O Brasil passa por momentos de dificuldade, mas também aposto que o crescimento virá a partir de agora.



Minas tem de retomar o crescimento de maneira sustentável. Deputados e deputadas, não podemos mais apostar no crescimento de Minas Gerais com base nos *royalties* do minério e do café, ou seja, nas *commodities* do minério e do café. Esses pressupostos existem em Minas, mas não podem ser únicos. Como retomar o crescimento e o desenvolvimento mineiro para que a economia mineira seja também de avanço e de vanguarda no Brasil? Depois de 12 anos de choque de gestão, terminamos como a sétima pior economia do País. Nosso estado está em sétimo lugar em termos de crescimento de PIB nesses anos. Foi um crescimento pífio, longe de ser o PIB da China e do crescimento da economia brasileira. Minas cresceu menos que o Brasil porque não planejou desenvolvimento que não fosse baseado nas *commodities* do minério e do café. Esse é o desafio colocado pelo atual governo do Fernando Pimentel, do PT - do Fernando da Dilma, como diz o deputado Gustavo Valadares. Esse é um pressuposto que vamos ter de encarar: retomar o crescimento.

Outra questão fundamental, que o governo Pimentel começa a dar mostras de que vai procurar resolver, diz respeito aos baixos salários da educação. Durante 12 anos o governo passado teimou em afirmar que pagava o piso da educação. Fazia a conta do pagamento do piso numa jornada de 24 horas-aula e dizia que o piso era para 40 horas. Era um raciocínio que, no meu entender, não cabia e não cabe em Minas Gerais.

Agora, o governador Fernando Pimentel participa da Mesa de negociação, que foi restabelecida. Vi a Profa. Beatriz reclamando da Mesa de negociação, que não avançou, que falta isso, que falta aquilo. É verdade. Mas antigamente ela reclamava de não haver Mesa de negociação, que não podia adentrar a Cidade Administrativa. Para isso, eles tiveram de paralisar a BR. Eu mesmo cheguei à Cidade Administrativa de helicóptero que o Adalclever nos arrumou emprestado, para os professores poderem sair da via da Cidade Administrativa. Eles estavam barrando tudo para conseguir uma agenda e serem recebidos pelo secretário e pela secretária de Educação. Os deputados se lembram disso. Nessa crise, saímos da Assembleia Legislativa para ir lá agendar uma reunião com o governo. Era assim que funcionava. Não havia nem como reclamar da Mesa de negociações, porque ela não existia. Era preciso cercar a rodovia. É bom lembrarmos como eram as coisas. Não havia um processo real de negociação. Como retaliação, as professoras foram proibidas de se alimentar nas escolas.

Em primeiro lugar, precisamos restabelecer o processo de diálogo. E não é fácil dialogar. A democracia, às vezes, é complicada, mas é a forma mais justa de governo. Agora, há uma retomada do diálogo, e é importante falar sobre isso.

Em segundo lugar, está o reconhecimento dessa dívida com os professores. O governo Pimentel diz: “Nós devemos, e o piso será para a jornada de 24 horas, e não será subsídio, mas salário-base”. Portanto, as premissas feitas pelo sindicato foram aceitas.

Também vamos atender a essa demanda de restabelecimento do diálogo do governo com o sindicato. Uma proposta inicial foi apresentada e está na Mesa de discussão. Mas está resguardado o reconhecimento da jornada e também que não haverá mais subsídio. Será restabelecido em lei, na Assembleia Legislativa, aquilo que os deputados votaram por maioria e que terminou como subsídio. Naquela ocasião, criou-se o subsídio, acabando-se com o salário-base. Enfim, isso terá de ser, portanto, restabelecido em projeto de lei. Teremos de discutir como e em que base se dará a implantação desse piso e até quando. Essa é a discussão que o governo tem feito.

Mas a notícia que temos é boa: o governo se compromete ao pagamento do piso. Até o final do governo Pimentel os professores receberão o piso integral do salário-base, do piso nacional de carreira, reconhecendo-se, portanto, uma dívida que o Estado tem com as professoras. Assim, apontamos para o fim do choque de gestão e pela implementação da participação popular no governo. São critérios importantes abordados durante esse procedimento.

Senhores e Sra. Deputada Marília Campos, restabeleceremos também esse, que é o caminho que o nosso governo tem em relação à retomada dessa questão importante do desenvolvimento.

Deputados e deputadas, vou falar agora da Lei nº 100, mas informo aos deputados que gostaria de abordar esse assunto após a decisão do STF hoje. Ainda há esperança de que o STF modifique esse preceito, e a discussão será feita hoje. Temos também um acordo com a oposição de não votarmos essa questão no dia de hoje. A votação do orçamento deverá ficar para quinta-feira ou sexta-feira.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Solicito ao presidente que encerre a reunião, de plano, resguardando esse tempo, pois gostaria de, à tarde, terminar esse debate.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente) (das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 149/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao promotor de justiça de Defesa da Infância e da Juventude de Belo Horizonte pedido de informações sobre o número de crianças filhas de mães usuárias de substâncias entorpecentes encaminhadas para a adoção nos anos de 2013 e 2014. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 211/2015, da Comissão de Participação Popular, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o andamento da fiscalização do sistema BRT-Move na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 215/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao secretário de Trabalho pedido de informações sobre o pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social, demonstrando o repasse efetuado a cada município em 2014 e 2015, e sobre a proposta de reajuste do referido piso para o ano corrente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome de Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome de Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome de Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 31/3/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 308 e 309/2015, do deputado Douglas Melo; 315, 346 e 347/2015, do deputado Sargento Rodrigues; e 341 a 345/2015, do deputado Cabo Júlio.

Audiência pública para discutir denúncias de perseguição e ameaça praticadas pelo diretor-geral do presídio de Passos, José Vicente de Souza, contra os agentes penitenciários e os detentos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 31/3/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater as condições de trânsito da Rodovia MG-030.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 31/3/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 195/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Anselmo José Domingos; 224, 225, 226 e 230/2015, do deputado Fred Costa; 252, 260 e 274/2015, do deputado Paulo Lamac; 283/2015, do deputado Fred Costa; 287/2015, do deputado Arlen Santiago, e 289/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 267, 271 e 272/2015, do deputado Inácio Franco; 393/2015, do deputado Fred Costa; 472/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 561/2015, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 31/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 31/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 31/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 31/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 306/2015, do deputado Douglas Melo; 313 e 314/2015, do deputado Anselmo José Domingos; e 348/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 31/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 31/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único do Projeto de Lei nº 320/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, dos Projetos de Lei nºs 333, 349, 359 e 360/2015, do deputado Fred Costa, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, do Projeto de Lei Complementar nº 3/2015, do deputado Cabo Júlio, do Projeto de Lei nº 27/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, dos Projetos de Lei nºs 103, 152 e 280/2015, do deputado Fred Costa, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 269/2015, do deputado Inácio Franco, o Projeto de Lei nº 295/2015, do deputado Arlen Santiago, o Projeto de Lei nº 387/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 432/2015, do deputado Wander Borges, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/2015

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dilzon Melo, Cássio Soares, Léo Portela e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 5/2015, do deputado Sargento Rodrigues e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2015

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Bonifácio Mourão, Glaycon Franco e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2015, do deputado Sargento Rodrigues e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Ivair Nogueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/2015

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dilzon Melo, Cássio Soares, Léo Portela e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2015, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/2015, do deputado Sargento Rodrigues e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em reunião de audiência pública, com convidados mencionados na pauta, o encerramento das atividades do Ballet Jovem da Fundação Clóvis Salgado e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Fred Costa, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para o Cargo de Presidente da Fhemig

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ricardo Faria, Agostinho Patrus Filho, Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2015, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Jorge Raimundo Nahas, indicado ao cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 1/2015, do governador do Estado, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Wander Borges, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/3/2015

O deputado Isauro Calais - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, colegas de trabalho, funcionários desta Casa e mineiros que nos assistem pela TV Assembleia, para mim é uma honra estar na tribuna deste Parlamento. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, que este é um dos parlamentos mais importantes deste país, se não for o mais importante.

Assumi em fevereiro o mandato de deputado com o compromisso de trabalhar com determinação e transparência pelo desenvolvimento do nosso estado. O mandato que assumi pertence ao povo de Minas, que com o seu voto me conduziu a esta conceituada Casa. E é para esse povo que trabalharei incansavelmente. Quero, com a minha experiência adquirida como vereador por cinco mandatos e presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, contribuir para o que for melhor para o povo mineiro. Essa mesma câmara mandou para esta Casa alguns ex-vereadores: Lafayette de Andrada, Antônio Jorge e Noraldino Júnior.

Sei que iniciamos o nosso mandato num cenário brasileiro cercado de problemas sérios que afetam o nosso estado e todos os municípios mineiros, como os problemas econômicos que precisam ser enfrentados de forma transparente e enérgica. Tivemos o ano de 2014 muito difícil com a desaceleração da economia, que se refletiu no fraco desempenho do mercado de trabalho. Ano passado foi o pior para o Brasil no que diz respeito à geração de emprego, desde 2002. Na cidade de Juiz de Fora não foi diferente. Por exemplo, pela primeira vez, desde 2003, Juiz de Fora fechou o ano com o saldo negativo de vagas, ou seja, com o número de demissões superior ao de admissões. E essa é uma realidade da maioria dos municípios.

Vivemos ainda os problemas relacionados com o abastecimento hídrico dos grandes centros urbanos do Brasil, como Belo Horizonte e Juiz de Fora. Isso vem tomando conta diariamente dos jornais e está mobilizando prefeitos, governo estadual e provocando uma mudança de comportamento na população. Aquele riacho em que, outrora, quando crianças, nadávamos na região da Zona da Mata, hoje passou a ser um filete d'água.

Mas, Sr. Presidente e nobres deputados, acredito que esta Casa tenha um papel fundamental e pode contribuir muito para solucionar esses problemas em todo o nosso estado. Pode contribuir para o atual governo de Minas e os municípios mineiros, para juntos buscarmos soluções viáveis para o desenvolvimento do Estado. Minas Gerais é a 3ª maior economia do País e, para avançar, precisa se preocupar em reduzir desigualdades, para que mais pessoas participem dos êxitos alcançados. Minas Gerais tem que progredir e se desenvolver para gerar mais oportunidade a todos os mineiros. Para isso, o atual governo mineiro terá de priorizar o crescimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade. O nosso estado precisa avançar para garantir melhor qualidade de vida ao cidadão, precisa avançar e garantir melhores dias, melhorias no sistema de saúde e também no sistema de segurança pública, que, ao longo do tempo, foi sucateada e conta hoje com um déficit enorme de policiais civis. Só um exemplo: trouxemos do principal jornal de Juiz de Fora, o *Tribuna de Minas*, a manchete sobre o déficit de policiais civis de Juiz de Fora, dizendo que faltam 226 policiais. Ora, isso não é admissível para uma cidade do porte de Juiz de Fora.

Então precisamos estar obviamente cobrando e buscando fazer com que a segurança seja melhor a cada dia para o povo mineiro. Minas precisa progredir e se tornar mais competitivo e, para isso, também precisa resolver questões da guerra fiscal com os estados vizinhos.

Criamos a Frente Parlamentar da Zona da Mata - deputados: Braulio Braz, Doutor Wilson Batista, Dirceu Ribeiro, Roberto Andrade, Noraldino Júnior, Lafayette de Andrada, Antônio Jorge e Missionário Márcio Santiago - para que possamos, de fato, estar discutindo o empobrecimento da Zona da Mata.

A cada dia perdemos empregos para Rio, Goiás, Espírito Santo. Recentemente Aventureiro perdeu 70 empregos para o Rio de Janeiro; Além Paraíba está perdendo todos os seus empregos para o Rio de Janeiro. Por exemplo, o polo moveleiro de Ubá, terra do nosso deputado Dirceu, está cada vez mais apreensivo. No Rio de Janeiro há uma lei que garante a fixação da alíquota de 2% do ICMS até 2018 para os fabricantes de móveis. Em Minas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a alíquota cobrada para esse setor é de 12%. Não há como Minas concorrer. Não há como a Zona da Mata disputar esse mercado. Há uma diferença muito grande, que pode, sim, acarretar fechamento de outras indústrias, com a perda de postos de trabalho. Hoje só o polo moveleiro - Ubá, Visconde do Rio Branco e região - tem cerca de 300 empresas e garante o emprego de 20 mil trabalhadores. Então temos que trabalhar por esses empregos, diuturnamente, brigando para a manutenção deles. Minas precisa progredir para melhorar a qualidade de vida das nossas crianças, dos jovens, das pessoas com deficiência, sobretudo dos idosos. Para isso precisamos de impostos, trabalho, salário, renda circulando. São coisas fundamentais.



Seguindo uma tendência nacional, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, daqui a três décadas Minas Gerais viverá uma explosão de idosos. Por isso Minas tem que se preparar, com urgência, para a mudança do perfil etário de sua população, ou correrá o risco de um colapso social. Vejam só: o Banco Mundial nos mostra que a nossa população triplicará nas próximas duas, três décadas. Então é preciso agir agora. Em Juiz de Fora, há quatro anos, criamos a Comissão do Idoso, tentando preparar a cidade, que é acima da média em número de idosos. O Brasil e Minas têm 11,5%, 12%; e Juiz de Fora tem 14% da sua população com mais de 60 anos. Estamos tentando preparar Juiz de Fora, mas temos é que preparar Minas Gerais para esse envelhecimento.

Senhoras e senhores telespectadores, amigos presentes nas galerias, precisamos trabalhar agora para cuidar desse envelhecimento que acontecerá daqui a duas, três décadas. A população de idosos triplicará, mais de 40% da população brasileira terá mais de 60 anos. Sem dúvida alguma, daqui a 20, 30 anos, viveremos um *apartheid*. Então devemos preparar o Estado e os municípios mineiros para que o idoso possa viver com mais dignidade, para que possa ter mais segurança, mais conforto, mais felicidade para envelhecer. E não acontecer como com nossos postos de trabalho, Sr. Presidente. Há muitos idosos buscando o Rio de Janeiro, pela tranquilidade de Cabo Frio e de outras cidades, ou indo para as cidades mais do interior, para terminar os seus dias. Precisamos dar conforto para os nossos idosos.

Minas tem de ser ousado e colocar em pauta a terceira idade com urgência. Mas tem que colocar em pauta também a educação, companheiro deputado Deiró. Fomos a Juiz de Fora, capitaneados pelo deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação, e lá vimos uma escola que, não por culpa deste ou do governo que saiu, já está abandonada há 20, 30 anos. Uma escola de latão, uma escola sem vidros. Crianças debaixo de vidros, correndo risco de vida. Então é preciso que a educação seja prioridade do governo estadual e desta Casa.

Quero entrar numa discussão sobre a BR-040. Farei um chamamento aos senhores deputados. Hoje, pela manhã, numa questão de ordem, Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, nosso professor e nosso mestre, fiz um pedido aos deputados que são referência para mim. Como vereador, tinha e tenho os deputados João Leite e Rogério Correia como referência, grandes deputados, importantes para esta Casa. Questionei-os sobre a briga do PSDB com o PT nesta Casa. Precisamos avançar muito.

Vou ler uma matéria do jornal *Tribuna de Minas* do dia 20 de março, sem defender o PT nem o PSDB, em que Marconi Perillo oferece apoio à presidenta Dilma. (- Lê:)

“Em Goiânia, a presidenta Dilma ouviu palavras de apoio do governador Marconi Perillo, que lhe ofereceu suporte para a governabilidade. ‘Eu recebi conselhos para não estar aqui, mas eu disse que, enquanto governador, jamais concordei com a intolerância e as injustiças em relação à presidenta’, discursou Perillo.”

Eu trouxe a fala de Marconi Perillo como exemplo para os deputados.

Então, o que estamos precisando? Eu pedi aos deputados que brigassem lá fora. O PSDB e o PMDB já brigaram demais nesta Casa. É lógico que esta é uma casa de debates, de discussão, uma casa onde teremos sempre embates calorosos, mas o mais importante é que devemos também valorizar a vontade do servidor público do Estado, a vontade e o desejo do idoso de ter mais qualidade de vida.

Eu também trouxe, presidente Hely Tarquínio, uma matéria para falar da privatização da BR-040. Privatizaram a BR-040 de Juiz de Fora a Brasília. Minas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vai ficar com 10 praças de pedágios das 11 a serem implantadas. O jornal *Folha de S. Paulo* diz: “Empresas usam brecha e apressam pedágio. Concessionárias duplicam trechos ermos e com poucos acidentes, para cumprirem meta”. A meta é duplicar 10% para cobrar o pedágio. Então vamos continuar morrendo e ainda pagando, senhoras e senhores deputados. Então solicitamos audiência pública, já aprovada por esta Casa, para questionar por que a BR-040 foi duplicada lá em Goiás. Em 2013 tivemos 14 mil acidentes, sendo 300 em Goiás. Em compensação, no restante de Minas vemos acidentes todos os dias. Quando vamos, eu e os deputados da Zona da Mata, a Juiz de Fora, nos deparamos com acidentes frontais e fatais, porque não temos duplicação nem divisórias, temos uma estrada de alto risco. A duplicação foi feita lá porque é plano e é fácil de duplicar. A duplicação lá custa 5%, 10% do valor que custaria a duplicação aqui. Então duplica lá, e perdemos vidas aqui. Então, quero chamar os deputados para discutirmos isso e a situação dos deficientes físicos.

O deputado Glaycon Franco (em aparte)* - Primeiramente, gostaria de cumprimentar o deputado Isauro Calais e agradecer aos eleitores, aos cidadãos da Zona da Mata, especialmente os de Juiz de Fora, pelo ganho desta Casa com sua presença, sua eleição, e aos demais deputados, que representam, começaram a representar muito bem a Zona da Mata.

Gostaria, deputado, de ressaltar e reafirmar a sua fala em relação à BR-040. No mandato passado tivemos oportunidade de estar nesta Casa por dois anos e alguns meses. Criei e presidi a Frente Parlamentar da BR-040. É o que V. Exa. expôs, é um descalabro, uma vergonha, a licitação foi feita equivocadamente, sem priorizar vidas, e sim planejando questões de interesse financeiro. Por isso a BR-040 está nessa situação. Vamos juntos caminhar, vamos reativar, já pedi a reativação da Frente Parlamentar da BR-040, porque essa é, V. Exas. sabem muito bem disso, uma das BRs mais importantes do Brasil e precisa ter um olhar mais carinhoso do governo federal. Era o que tinha a dizer, presidente.

O deputado Isauro Calais - Sou eu quem agradece o aparte. Meu querido deputado Deiró, meu tempo acabou. Solicito ao presidente mais 1 minuto. Um minuto para concluir. Então, deputados, gostaria de fazer um chamamento a todos para que a discussão do PSDB e do PT exista, mas que sejamos mais práticos e humildes, porque todo o mundo erra, errou Minas, errou o governo federal, mas é preciso proposta. Existem pessoas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, comprometidas com a solução dos problemas. Temos de estar comprometidos com a solução dos problemas. Isso é fundamental.

Por fim, presidente, quero terminar minhas palavras lembrando nosso grande escritor Guimarães Rosa, que já dizia que Minas são muitas. Acredito que nosso estado pode ser ainda mais. Por isso assumo compromisso com Minas, o compromisso de lutar por um Estado melhor, para que o Estado se torne mais exuberante, mais potente na economia e com menos desigualdade social. Muito obrigado, presidente Hely Tarquínio.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Rapidamente, só para dizer a V. Exa. que seja bem-vindo a esta Casa. Vamos lutar para preservar a vida do povo, que está morrendo na BR-040. Lutemos também em prol da PEC nº 3, para que os efetivados tenham a possibilidade de não ser jogados às traças pelo governo do PT que está aí.



Sr. Presidente, ele precisa de 2 minutos para responder.

O presidente (deputado Hely Taquínio) - Daremos 1 minuto para a conclusão. (- Manifestação das galerias.)

A reunião tem de prosseguir. Sendo assim, vamos ficar parados aqui. Este é o primeiro pronunciamento do deputado. Vamos ter respeito com a eleição dele. Ele vai colocar suas primeiras ideias aqui. Peça compreensão. V. Exa. tem 1 minuto para terminar.

O deputado Isauro Calais - Dirijo-me ao nobre deputado para dizer que é dever desta Casa cuidar não só da BR-040, mas também do idoso e da saúde, que muitos alegam ter sido abandonada por um governo ou por outro. Temos de estar atentos não só à questão deste ou daquele governo, mas à do trabalhador, tenha sido ele maltratado por um ou por outro governo. O trabalhador não deve ser maltratado por esta Casa. Tenham em mim o compromisso de defendê-los. Estarei aqui brigando. Presidente, independentemente da orientação do líder do meu bloco, temos de fazer Minas melhor. O serviço público precisa ser melhor a cada dia. Não podemos cruzar os braços, como muitos já fizeram. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, senhores deputados, senhora deputada, minhas senhoras e meus senhores...

O presidente - Solicito silêncio para que o orador, da tribuna, tenha liberdade de fazer suas colocações e fazer seu discurso, a fim de que vocês possam entender o processo legislativo.

O deputado Durval Ângelo* - Só gostaria de fazer uma ressalva, presidente. Entendo que a Assembleia Legislativa é a Casa do povo. É aqui que devem ser feitos os debates das questões centrais do Estado. Todos os grupos, todos os setores que reivindicarem qualquer mudança, qualquer cobrança, qualquer ação, tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo, são bem-vindos a esta Assembleia Legislativa.

Nós agora estamos nos preparando para um momento importante da nossa vida legislativa, que é a votação do orçamento de 2015, que, por vários motivos, não foi votado no ano passado. É até compreensível que - no mínimo, nos últimos 16 anos ou, como alguns colocam, nos últimos 18 anos - não tenhamos tido profundas mudanças na estrutura do Poder Executivo Estadual. Tivemos, exatamente, em outubro do ano passado, a eleição do governador Fernando Pimentel, por ampla maioria da sociedade mineira. Acho que temos de ter claro que não só o orçamento mas também outras políticas públicas mudarão, gradativamente, de orientação. A peça orçamentária não poderia fugir disso. Tínhamos uma peça orçamentária que não refletia a realidade macroeconômica do País e de Minas Gerais, e não refletia também a realidade, do ponto de vista financeiro e orçamentário. Tínhamos uma peça que atentava contra o princípio da razoabilidade e contra o princípio da matemática. O princípio da razoabilidade é contra o princípio da matemática.

Ontem, recebemos aqui dois secretários de estado, o secretário de Fazenda e o de Planejamento. Os dois secretários explicaram a superestimativa da receita, que ultrapassava R\$5.000.000.000,00, e também a atrofiação de muitas despesas reais e concretas do Estado. A primeira superestimativa diz respeito à receita patrimonial, advinda de aplicações de ações do governo. O quadro foi mostrado ontem pelo secretário Helvécio e confirmado pelo secretário José Afonso, de Fazenda. Ele mostrou que essa receita vinha, nos últimos 10 anos, numa média de R\$2.000.000.000,00; no ano passado, foi feita uma previsão de quase R\$4.800.000.000,00; e, no ano anterior, ela tinha sido de R\$2.200.000.000,00.

Não é razoável alguém imaginar que, no momento de crise econômica mundial, em que os mercados sofrem uma atrofiação muito grande, Minas Gerais vá ser uma exceção. Nos últimos 10 anos, Minas Gerais tem sido o 5º estado do Brasil com o pior crescimento, abaixo da média nacional. Então não tem como, do ano de 2014 para o ano de 2015, ter em Minas um milagre econômico, um milagre de uma propaganda oficial, mas não real.

Tivemos ontem a aprovação, na comissão, do parecer do relator e presidente da comissão, deputado Tiago Ulisses, do PV. É evidente que esse parecer teve dados e referências da Seplag. Acredito que com isso teremos um orçamento mais real, um orçamento mais concreto. Dentro da perspectiva de diálogo com os Poderes, é bom que se diga que o governo manteve o parecer do deputado Zé Maia do ano passado, tanto que manteve o crescimento da Defensoria Pública, com a convocação de 100 novos defensores, o que é fundamental para que haja justiça com os mais pobres neste estado. O acesso à Justiça depende da advocacia pública gratuita do próprio estado. Ao mesmo tempo, o governo, dentro dessa linha de diálogo, não reduziu o orçamento dos Poderes.

Acho que é uma perspectiva boa, demonstra que os cortes estão acontecendo no próprio governo. São cortes difíceis e significativos, chegando a 25% em algumas áreas.

Estamos caminhando para um momento importante e esperamos que tudo se conclua na próxima quinta-feira, pela manhã, ao votarmos o novo orçamento do Estado. Como líder do governo, elogio o requerimento aprovado e assinado por todos os líderes desta Casa, da maioria e da minoria, dos blocos que as compõem. Todos foram consensuais a respeito da necessidade de revisão, de readequação do orçamento. Então, nesta quinta-feira, votaremos uma peça que reflete de alguma forma esse consenso. É fundamental quando a Casa dialoga. Quando ela busca consenso, caminhamos para o entendimento. Então, fazemos um elogio aos líderes e registramos que os líderes dos blocos da maioria e da minoria caminharam para esse consenso. Fizemos um acordo, houve discussão e debate na terça-feira e na quarta-feira, para votarmos o projeto na quinta-feira. No que depender do líder do governo esse acordo será cumprido, será garantido o contraditório, será garantido o debate na Casa Legislativa.

Sabemos que a Lei Orçamentária é a mais importante do Estado. Já caminhamos para o terceiro mês. Como o governo atual não quis, ela não foi votada. No ano passado e no início deste ano, alertamos que não podíamos votar uma peça irreal, uma peça que não refletisse realmente aquilo que se tornou obrigatório no Estado.

Quanto ao aumento e ao pagamento do pessoal da segurança pública, ilustramos que estavam previstos R\$10.500.000.000,00, incluindo-se o sistema penitenciário. Na realidade, para que a lei estadual fosse cumprida, como havia previsão de aumento salarial em janeiro e março, precisaríamos de R\$13.000.000.000,00. Então, houve readequação. Havia alguns índices de carreira, mas a previsão de aumento salarial era praticamente a mesma de 2013, o que seria totalmente irreal, até pelo crescimento vegetativo da folha. Agora estamos caminhando para a votação. Vamos esperar que prevaleça o debate aberto e democrático aqui.

Com a palavra, o vice-líder do governo, deputado Fábio Cherem. Em seguida, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Fábio Cherem (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, Sr. Presidente, a reunião foi muito proveitosa, porque foi realmente válido o fato de a Assembleia não ter conseguido chegar a um acordo no ano passado. Nas palavras do secretário de Fazenda, verificamos que a rubrica não trata somente de inflar receita e diminuir despesa. A rubrica para pagamento de pessoal era de R\$28.000.000.000,00. No ano que se findou, o governo gastou R\$34.000.000.000,00. Ou seja, com a rubrica proposta, chegaríamos ao final deste ano sem condições de pagar o 13º salário dos funcionários e as folhas de novembro e de dezembro. Se não fosse a cautela do novo governo, certamente ele ficaria constrangido por pedir suplementação orçamentária, demonstrando aos servidores desorganização e insegurança, oriundas do antigo governo.

Para completar, meu líder, ressaltamos a questão da publicidade de forma impressionante. No orçamento do governo anterior foi gasta toda a rubrica de R\$75.000.000,00 com publicidade.

Além disso, nessa rubrica ficaram R\$24.000.000,00 de restos a pagar. Ou seja, o governo anterior executou R\$99.000.000,00 em publicidade. Agora resta ao governo, como corte, que pretende fazer no orçamento e dar o exemplo, uma rubrica de R\$71.000.000,00, sendo R\$24.000.000,00 destinados a complementar os restos a pagar do governo anterior. Saímos de um total de R\$99.000.000,00 de gastos em publicidade feitos pelo governo anterior, para um gasto - o secretário diz que vai tentar cumprir a rubrica - de R\$47.000.000,00. É muito menos. No momento é isso, meu líder. Obrigado, Durval.

O deputado Durval Ângelo* - Obrigado. Daria 1 minuto, 1min30s, ao líder do bloco da Minoria, deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, serei extremamente breve. Na condição de líder do bloco, e da mesma forma, o deputado Gustavo Valadares, líder da Minoria, apenas gostaria de deixar claro que todos, através do diálogo, concordamos que uma nova peça orçamentária fosse apresentada, em virtude dos problemas econômicos que o País vem enfrentando. Mas quero deixar claro que - prova disso houve no debate que tivemos ontem, já agradeço por ter trazido os secretários Helvécio Magalhães e José Afonso Bicalho - os deputados da oposição não concordam com os novos números apresentados pelo relator. Concordamos e acreditamos ainda que o orçamento enviado em 2014 era extremamente possível de ser realizado. Mas conte sempre com a oposição, pois Minas não pode ficar parada. Os mineiros não podem ser prejudicados, sobretudo em função de outros problemas.

O deputado Durval Ângelo* - Obrigado, deputado Gustavo Corrêa. A democracia é assim mesmo. O contraditório, o argumento contrário, tudo isso contribuiu com a discussão.

Gostaria de terminar abordando a questão da educação no orçamento. A grande reivindicação dos professores do Estado está contemplada no orçamento. Falo como professor do Estado por 34 anos, da Escola Estadual Confrade Antônio Pedro de Castro, em Contagem. Nós, professores, sempre falamos que o subsídio acabou com a nossa carreira. O governo estadual decidiu acabar com a lei de subsídio e voltar com a carreira, com a contagem de tempo para promoções - progressão horizontal e vertical. Mais do que isso, o governo tomou uma decisão: independentemente da decisão do Supremo - o piso de R\$1.900,00 é proporcional a 40 horas de trabalho, quando no Estado, temos uma jornada de 24 horas -, o governo decidiu pagar o piso integral aos professores sem modificar a jornada de trabalho. Isso foi compromisso que Fernando Pimentel, do PT, assumiu na campanha e transformará em realidade em Minas Gerais. A volta da carreira no magistério já começa a valer este ano. Este ano já começam a pagar 1/3, para se chegar ao piso salarial. Promessa de campanha, promessa cumprida. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* - Deputado Hely Tarquínio, presidente, já estávamos sentindo sua falta nesta Casa desde ontem. Com a graça de Deus, V. Exa. está hoje novamente em seu trabalho de 1º-vice-presidente.

Senhoras professoras, serventuárias, demais funcionários públicos aqui presentes, estamos muito preocupados com esse jogo de empurra que o governo está fazendo, com esses remendos de pneu que estão acontecendo diante desse grave problema, que, ao chegar a esta Assembleia, procurei compreender. Funcionários haviam sido estabilizados, efetivados pela Lei nº 100, tinham sua vida tranquila. Mas, de repente, um procurador foi à Justiça para cassar seus direitos, alegando uma inconstitucionalidade.

Vou dizer a vocês: essa lei foi muito usada nessa última eleição.

Eu era vereador em Uberlândia, no quinto mandato, e prefiro ser eternamente, porque gosto muito da minha câmara municipal. No meu quinto mandato, houve uma grande batalha nas ruas por parte do PT, que culpava o governo anterior e o massacrava por causa da Lei nº 100. Não sabia se isso era aumento de salário ou o que, mas, ao chegar aqui, entendi o que aconteceu, porque a realidade de quem está lá, a 600km, no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e em outros extremos do Estado, é muito diferente. Às vezes a imprensa não quer noticiar, não há o interesse do *Jornal Nacional*, das rádios. Mas há o interesse de vocês, que são mães de família, pessoas que precisam do emprego e que estão aqui lutando nada mais nada menos do que pela dignidade do seu emprego, pelo tempo de serviço prestado ao Estado de Minas Gerais.

Sei o que é uma mulher estar na portaria de uma escola como a Escola Estadual de Uberlândia. Estudei no museu da 5ª série ao 3º colegial. Quando os meninos querem sair, é um problema. Eles vão lá e apertam o sinal antes da hora, eles não respeitam a servente, não respeitam a fila da cantina. Os pais hoje terceirizaram a educação. Na minha época, professor era um negócio. Lá tinha a Maria Mercedes. Ela só olhava, e o povo já abaixava a cabeça. Havia disciplina na sala e respeito ao mestre, respeito à D. Terezinha, que morava na escola - ela era funcionária do Estado e zelava pela escola. Havia também o Sr. Onofre. Aqueles funcionários para nós, alunos, eram pessoas de respeito, de grandiosidade, eram ícones da Escola Estadual de Uberlândia. Tenho certeza de que aqui há muitas que fazem isso pelas escolas estaduais das nossas Minas Gerais. Cresci vendo isso.

Mas sabe-se lá quem motivou esse procurador. Tenho visto o seguinte: aqui reclamam muito, mas estão sempre querendo explodir o caminhão dos Srs. Aécio Neves e Anastasia, de preferência com um ato terrorista não identificado. Acho que essa ação que derrubou vocês, que criou esse problema inútil, foi uma ação terrorista orquestrada por aqueles que hoje estão no poder, Sr. Presidente, e que agora se furtam a apresentar uma solução. Correm nos cantos, escondidos, calados, com tapeações e quimeras para ludibriá-las.



Não podemos, Sr. Presidente Hely Tarquínio, deixar essas senhoras, essas educadoras, essas organizadoras de escolas na mão. Muitas vezes, na falta da diretora, a D. Terezinha, que cuidava da portaria, administrava a escola. Essas mulheres são abnegadas, versáteis.

Nós, Sr. Presidente, precisamos encontrar uma luz, continuar como sempre fomos. Fizemos a lei para efetivá-las e fomos vencidos por esses terroristas que estão aí, que levaram para o lado legal e constitucional. Eles levaram para o legalismo e nos derrubaram, criando esse problema, essa hecatombe usada contra o candidato do governo nas últimas eleições. Agora cadê esse pessoal? Eles não querem dar uma solução. Estão empurrando vocês com a barriga. Não querem a PEC nº 3. Não abrem caminho para que possamos dar-lhes novamente uma esperança, um respiro para realmente curar as feridas a que vocês estão expostas ao longo desse processo. Vocês estão jogadas na incerteza do emprego, na incerteza da assistência à saúde, na incerteza da insegurança da aposentadoria, como se fossem pessoas que não prestaram serviços ao Estado, que não serviram sua pátria, sua nação, o povo de Minas Gerais, as nossas crianças e as nossas educadoras.

Sr. Presidente, estou com essas mulheres. Minha atuação é pequena como novato nesta Casa, mas vou somar fileiras com os deputados que estão preocupados com as senhoras: João Leite, Lafayette de Andrada, Arlen Santiago e tantos outros. Não nos abandonem. Eu peço às senhoras que não nos deixem sós nessa luta, porque precisamos achar um caminho para as senhoras. Precisamos respeitar essas mulheres mães de família, essas mulheres que estão aqui, essas senhoras de Minas Gerais.

Num dia eu estava na feira, em Uberlândia, e uma mulher perguntou-me sobre a Lei nº 100. Noutro dia, no açougue - gosto de ir a esses locais -, outra pessoa me perguntou a mesma coisa. São pessoas humildes que merecem o nosso carinho, o nosso respeito. Fico escutando aqui que o piso nacional da educação será estipulado daqui a três anos. Era para ser de imediato. Daqui a três anos, deputado, quero o piso mundial da educação. Sabe como vamos achar esse piso, deputado Lafayette? Vamos fazer uma média dos países de mesmo IDH do Brasil e ver quanto ganha o professor público de lá. Vamos calcular isso em dólares e converter para cá, decretando o piso mundial de salário. Esse é o discurso.

O PT vota um orçamento deficitário e promete aumento de despesa. Pega um estado que está em dificuldades e ainda continua falando como se fosse candidato. O Estado está em plena dificuldade, e eles estão empurrando para daqui a três anos. Esse piso nacional de salário, deputado João Leite, vai vir daqui a seis anos. Quando passarem os três anos, eles vão falar que daí a mais dois anos vão resolver, e aí ele não vai vir nunca. Quero ver como vão fazer com as categorias para as quais eles prometeram aumento. Gostaria de corrigir o deputado vice-líder da oposição. Foi de R\$33.000.000.000,00 a folha de pagamento do ano passado, e não de R\$34.000.000.000,00. Está aqui a execução orçamentária. Ela furou em R\$3.000.000.000,00. A folha foi orçada em R\$30.000.000.000,00 e foram gastos R\$33.000.000.000,00, com suplementação até R\$35.000.000.000,00. Havia crédito para pagar até R\$35.000.000.000,00, suplementou-se em R\$3.000.000.000,00. Então o orçamento do ano passado tem uma diferença de R\$5.000.000.000,00. Foram R\$3.000.000.000,00 do excesso de pessoal que foi subestimado e R\$2.000.000.000,00 a menos de receita. Na verdade, tivemos R\$5.000.000.000,00 e fizemos o Estado funcionar sem essa lereia, sem essa bobagem que fizeram aqui na discussão do orçamento. Inconstitucionalmente estão modificando o orçamento por um acordo de líderes. Resolvemos rasgar a Constituição para que Minas Gerais tivesse orçamento. Tudo bem. Agora, no governo do PT, o governador Pimentel é o primeiro governador da história deste país que tem um orçamento, no primeiro ano de governo, feito por ele próprio, deputado João Leite. Ele próprio fez o orçamento, então pode começar a dar aumento e governar agora.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Felipe Attiê, gostaria de falar para o senhor que o governo do PT começou arrebitando a Constituição de Minas Gerais. O orçamento não poderia ser emendado, mas o PT quis que ele fosse. E nós aceitamos. Agora é preciso que o PT, com sua ampla maioria, e também o bloco independente deixem a PEC nº 3 ser votada. E depois vamos ver o que acontece.

Mas a maldade não para por aí; a tapeação, a mentira é muito grande. Prometeram que haveria Pronatec, Fies, que não mudariam o direito dos trabalhadores nem que a vaca tossisse. Mas a vaca está tossindo muito e dando muito coice. Está dando coice nas nossas professoras, nos nossos serviços. Mas há mais presente ruim para toda a classe da educação: o orçamento, que eles quebraram a Constituição para colocar, tira R\$88.000.000,00 do combalido Ipsemg, acertando na veia de todos os funcionários do Estado; R\$88.000.000,00 tungando o Ipsemg. Provavelmente, minhas amigas, é para pagar avião novo, para pagar secretaria e subsecretaria novas. Mas o dinheiro é para tratar do pessoal da educação.

Agora, como o Felipe Attiê disse, precisamos que não nos abandonem. Somos poucos que estamos aqui do lado de vocês, mas não vamos afrouxar de jeito nenhum. Vamos estar juntos e precisamos pedir ao Sind-UTE e à CUT, que vocês pagam, para fretarem os ônibus quando houver votação aqui. Tem que haver pressão. Prometer, como prometeram o Fies, o Pronatec e o direito dos trabalhadores, que haverá piso daqui a três anos? Daqui a três anos o povo mineiro já estará falando: "Xô, PT!"

O deputado Felipe Attiê* - Sr. Presidente, gostaria de pedir que liberasse a entrada dos milhares de manifestantes que estão lá fora. Esta é a Casa do Povo, precisamos receber esse povo aqui dentro. Liberem a entrada deles para virem aqui olhar os deputados que estão a favor do movimento deles ou contra esse movimento. Libere, presidente.

O PT é o primeiro partido na história deste país que no primeiro ano de um governo terá o seu próprio orçamento. Modificou o orçamento todo - não precisava disso -, fechou o Estado três vezes para balanço. Parou as reformas dos presídios, as obras dos hospitais, do Poder Judiciário, do Ministério Público. Parou tudo no Estado três vezes por conta de uma picuinha de investimento. No ano passado foram suborçados R\$3.000.000.000,00 com pessoal; R\$2.000.000.000,00 foram superestimados de receita; R\$5.000.000.000,00 de orçamento errado. E administramos o Estado abrindo créditos especiais, usando os arts. 46, 47, 48 e 49 da Lei nº 4.320, fazendo os remanejamentos. Tudo isso não passa de um grande jogo de cena. O PT está assustado, sabe que suas promessas de anos não cabem nos anos seguintes de orçamento. E agora vem falar em três anos para pagar piso nacional. Ora, o governo é de quatro anos, isso é uma vergonha.

Concedo aparte ao colega Lafayette de Andrada, que pode colaborar.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado Attiê, tomarei 30 segundos do seu tempo, pois não quero interromper a sua bela fala. Vendo a APP presente, abrilhantando esta reunião, vendo as nossas educadoras que vieram à Assembleia Legislativa,



tenho certeza de que a mensagem delas é de imensa frustração com o PT, que lhes virou as costas. Frustração com o PT e o PMDB, que na campanha eleitoral prometeram uma coisa, mas, depois que tomaram posse, mostraram a cara do lobo que estava com pele de cordeiro.

Para que vocês tenham conhecimento, a PEC nº 3 foi apresentada; colhemos as assinaturas necessárias; foi montada a comissão especial para exarar o parecer, mas o presidente dessa comissão, que é do PT, não põe a matéria em votação para termos o parecer. Estão impedindo que a Assembleia vote a PEC nº 3. No fundo, não querem que vocês sejam justificados; no fundo, estão dando uma punhalada nas costas de vocês. É o PT mostrando a sua verdadeira cara, mostrando a que veio: traiu cada um de vocês que, de boa-fé, votou e confiou nele.

Muito obrigado, deputado Felipe Attiê, pela concessão do aparte.

O deputado Felipe Attiê* - Fizemos aqui um acordo para que os mineiros não ficassem à mercê dessa lereia de que não há orçamento, de que não é possível tocar o Estado com o orçamento que tinham. Tivemos de engolir a seco essa mentira, para que Minas Gerais voltasse a funcionar - o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa - e o povo mineiro fosse tratado com respeito e dignidade.

Nós, da oposição, somos sérios e estamos com vocês: queremos a PEC nº 3 já; queremos que vocês tenham liberdade de vir aqui se manifestar sempre que quiserem. O pessoal que está lá fora tem de entrar, tem de falar. Agora, o PT e o PMDB não podem ter medo do povo, ou seja, não podem gostar do povo só na época da eleição. Deixem o povo entrar. Enfrentem o povo de peito aberto. É disso que precisamos.

Sr. Presidente, que Deus abençoe essas educadoras e que Jesus nos abençoe para que possamos dar uma luz a essas mulheres, que estão com seu coração em sofrimento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* - Boa tarde, presidente, caros colegas e demais presentes. Vejo aqui educadores de muitas cidades, mas gostaria de tecer um cumprimento especial aos companheiros de Itaporé, Coronel Murta, estendendo o cumprimento a todos vocês.

Vim hoje à tribuna tratar de assuntos específicos do Vale do Jequitinhonha, mas gostaria de tecer alguns comentários sobre a educação. Fico feliz em ver aqui os professores, que, na entrada, tocavam uma música muito bonita que me lembra o início da minha militância: *Pra não dizer que não falei das flores*. Os professores que me conhecem sabem que tenho um compromisso com a educação, que marcou a minha vida: foi por meio dela que saí da portaria de um hospital para me tornar médico. Então, tenho um compromisso com a educação e me coloco à disposição das lideranças do movimento para entendermos melhor a situação. Coloco o nosso mandato à disposição, para ouvi-los.

Fico muito feliz por ver, nesta Casa de Leis, um espaço democrático e por viver em um país onde, há décadas, isso não seria possível. E isso graças a muitos, muitos companheiros, hoje aqui presentes, que lutaram para redemocratizar este país.

Sr. Presidente, sobre o orçamento eu gostaria de lembrar dois detalhes. Primeiro, hoje, pela manhã, ouvi um deputado dizer que, ao indagar nossos secretários de Estado ontem, eles disseram que não diminuiriam o ICMS. Isso é uma mentira. Isso foi apresentado, e eu ouvi muito bem que se trata de um compromisso de governo e vai ser cumprido. Eles disseram que o nosso governador não vai cumprir o piso salarial dos professores, e isso é outra mentira. Eu estava presente e ouvi o secretário Helvécio dizer que esse foi um compromisso de campanha e será cumprido.

Mas, Sr. Presidente, venho aqui para tratar também de outros assuntos, hoje como deputado que representa Minas Gerais, sobretudo o Vale do Jequitinhonha e Mucuri. O primeiro assunto que me traz aqui, Sr. Presidente, são as nossas estradas. (- Manifestação nas galerias.) Quem mora na região do Vale do Jequitinhonha...

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Mais uma vez, gostaria de contar com a compreensão de vocês, que estão nas galerias, para que possamos ouvir o deputado. Trata-se de um deputado que está chegando à Casa agora e quer apresentar seu posicionamento, quer cooperar com a Lei nº 100. Todos nós estamos empenhados na busca dessa solução. Peço silêncio, se possível. A coisa não anda sem diálogo. Na tribuna, há diálogo. O diálogo é que constrói a democracia, portanto, peço a compreensão de todos.

O deputado Doutor Jean Freire* - Mais uma vez, para falar sobre... (- Manifestação nas galerias.) Pois não, eu falo sobre a educação, mas não com demagogia, como vejo alguns fazerem aqui. Eu não sou empresário da saúde, não sou empresário da educação, não trato a educação com demagogia. Mais uma vez, coloco-me à disposição para recebê-los, para conversar com vocês. Por meio do diálogo e ouvindo vocês é que chegaremos a um ponto comum.

Sr. Presidente, há pouco dias, alguns manifestantes, de maneira correta, de maneira legítima, interditaram a BR-367, entre Virgem da Lapa e Araçuaí, uma vez que estava impossível transitar pela referida BR. Não me refiro só à falta de cuidado com a BR, que se encontra em péssimo estado de conservação, caro companheiro Carlos Pimenta, que também luta por esta causa, assim como o deputado Celinho do Sintrocel; refiro-me sobretudo às carretas que transportam o eucalipto da nossa região. Para nosso espanto, Carlos Pimenta, descobrimos que as carretas transportavam eucalipto sem autorização. (- Manifestação nas galerias.)

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Novamente solicitamos silêncio, se possível e desde que haja compreensão.

O deputado Doutor Jean Freire* - É bom lembrar que a falta de conservação das estradas e a exploração do povo do Vale do Jequitinhonha tiram o emprego de muita gente.

O presidente - Estamos descontando o tempo.

O deputado Doutor Jean Freire* - Tranquilo, Sr. Presidente.

O presidente - Infelizmente temos de descontar o tempo. Outros oradores não poderão falar porque se esgota o prazo destinado a esta fase. Gostaríamos de pedir mais uma vez... Entendemos que democracia se constrói no diálogo. Então, vamos nos comportar para que vocês possam ser atendidos. Dentro dessa dialética aí, quem sabe, não é?

O deputado Doutor Jean Freire* - Quem sabe, meus amigos, quem sabe ouvindo vocês isso pode conduzir a minha opinião, não é? Pois não, Rogério.



O presidente - Vamos ouvir o aparte do deputado Rogério Correia. É a partir dessa discussão que nasce a luz, gente. No entanto, é preciso haver silêncio. (- Manifestação nas galerias.)

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Espero o tempo. (- Manifestação nas galerias.) Deputado Jean Freire... Vou esperar o tempo, Sr. Presidente.

O presidente - Estamos descontando o tempo.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Pois não!

O presidente - Ai a reunião se encerra logo, logo depois. V. Exa. verá. Não é boa essa falta de silêncio porque temos oradores inscritos aqui. (- Manifestação nas galerias.) Diante disso, já antecipadamente, Gustavo Valadares, não descontarei o tempo - aliás, não descontarei o tempo de ninguém. Falem do jeito que quiserem e façam o barulho que quiserem fazer que não interromperei a reunião. (- Manifestação nas galerias.) Vou descontar o tempo, e depois V. Exa. fala. Então, vamos combinar o seguinte: não descontaremos tempo. Certo? Depois não desconto tempo de ninguém. Façam barulho o tanto que quiserem. (- Manifestação nas galerias.)

O deputado Doutor Jean Freire* - Sr. Presidente, peço que desconte o meu tempo.

O presidente - Não temos como descontar porque o tempo vai esgotar esta fase. Vamos adotar a mesma medida.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Jean Freire, amanhã o STF julgará embargos sobre a Lei nº 100. A informação que tenho a trazer aqui é importante sobre essa questão. Sr. Presidente, é preciso que o Plenário estabeleça a ordem para que eu repasse essa informação, o parlamentar fale. O Regimento... (- É interrompido.)

O presidente - Agora o que teremos de fazer é o seguinte... (- É interrompido.)

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Só peço a V. Exa. que desconte o tempo.

O presidente - Faremos o seguinte: suspenderemos a reunião por 3 minutos.

- Suspende-se a reunião.

O presidente - Um momento. A palavra está com o deputado Doutor Jean Freire. Se ele quiser, pode conceder aparte ao deputado Gustavo Valadares. Ele tem 5 minutos para acabar seu discurso. Está definido, deputado Doutor Jean Freire. Se eu seguir o que cada um quer, não chegaremos a lugar algum. (- Manifestação das galerias.)

Cinco minutos; depois o deputado terá o seu tempo. Se fizerem barulho ou não.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Doutor Jean, o aparte que quero fazer é até para informar como está o andamento da PEC nº 3, e a posição do STF em relação à Lei nº 100. Como é sabido por todos os deputados e deputadas, a Lei nº 100 foi considerada inconstitucional pelo Supremo.

Essa foi a decisão do Supremo. Julgou, por 11 a 0, a inconstitucionalidade da Lei nº 100. Amanhã o Supremo analisará embargos que foram apresentados pelo governo e outras partes, referentes à Lei nº 100. Esses embargos dizem respeito ao período em que o trabalhador pode ficar ainda como efetivado. O Supremo estabeleceu uma data, 31 de março, após a qual seria desligado o servidor, o professor, a professora, o trabalhador. Foi solicitado ao STF um prazo de prorrogação desse período para além de 31 de dezembro. O próprio governador Fernando Pimentel esteve no Supremo e solicitou que o período fosse adiado até dezembro, pelo menos, para que não houvesse interrupção das aulas e do emprego até essa data.

O Supremo estabelecerá isso amanhã, bem como verá outras questões. Não está na pauta do Supremo reverter a inconstitucionalidade, infelizmente. Isso não consta na pauta do Supremo porque não houve solicitação, nem pode haver. Ou seja, não se reverterá a inconstitucionalidade.

Uma saída que tem sido apontada na Assembleia Legislativa, que eu chamo, permitam-me, de demagogia de alguns deputados, é que se estabeleça uma lei igual à que o Supremo já disse não valer.

Para mim, isso é demagogia. Evidentemente o Supremo a tornaria inconstitucional, e o problema não seria resolvido.

Alguns dizem: "Enrolamos o Supremo e ganhamos tempo". Não é assim. Já tendo definido, o Supremo não se deixa enrolar. Ele imediatamente concede uma liminar suspendendo o efeito de qualquer PEC ou de qualquer lei.

É assim que o Supremo funciona. Mas temos de garantir aos trabalhadores da Lei nº 100 os direitos que têm. Em vez de iludir e de apregoar a demagogia, temos de dizer a eles como resolver o problema, em especial o da aposentadoria. Todos esses servidores têm direito à aposentadoria e ao tempo de serviço, que obrigatoriamente tem de ser resguardado. O governo tem de negociar e obrigar o INSS e o Ipsemg ao acerto de contas. Essa garantia já está dada pelo governo do Estado. Isso é o que estamos fazendo para resolver essa questão da Lei nº 100 de acordo com o que o Supremo expôs.

Sei que há pessoas, e com razão, que ficam desesperadas, afinal de contas o senador Aécio Neves prometeu que ia efetivá-las. O PSDB prometeu que iria garantir a vocês o emprego, mas enganou a todos, mentiu, e agora quer mentir de novo. Às vezes as pessoas se sentem muito acuadas e se agarram a qualquer esperança. É uma maldade. Qualquer jurista ou advogado sabe que você não pode, por meio de uma lei ou uma PEC, passar por cima da decisão do STF. Então quero resolver a questão, o governo quer resolver a questão. O PSDB quer enganar de novo. Mas quem votou no Aécio Neves, a minoria, paciência, fique com ele. Nós vamos ficar com a legitimidade de uma decisão, para ver a solução do problema, e não enganar os trabalhadores, como o PSDB vem fazendo. Era isso.

O deputado Doutor Jean Freire* - Obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados...

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Só gostaria de explicar o seguinte. Quando o medicamento é demais, não temos problema algum de fazer boas ações, Sr. Presidente. Todas as ações que estão sendo feitas pelo governo... Mas vamos votar amanhã a PEC nº 3. Um remédio a mais ou a menos... É isso que temos de colocar, é isso que todo mundo quer. O Supremo vai demorar 1 mês, 2 meses, 1 ano, 10 anos, mas a gente pode fazer agora. Cabe boa vontade do governo.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado Hely Tarquínio, primeiramente quero agradecer a V. Exa., como um bom homem público, um homem de bem, que está cumprindo seu compromisso assumido conosco aqui. Perdemos os 15 minutos pelo tempo



redobrado do deputado Jean Freire, mas V. Exa. disse que me concederia esses 15 minutos pelo art. 70. Quero lhe agradecer por isso e deixar claro que V. Exa. cumpriu sua palavra. São inúmeros as parlamentares e os parlamentares prontos a fazer aparte a este meu pronunciamento de 15 minutos. Como terei, após esse tempo, mais 20 minutos para discorrer a respeito do orçamento, vou conceder aparte a todos os companheiros, mas deixo claro, de antemão, que a grande maioria que está agora neste Plenário é favorável a vocês e à aprovação da PEC nº 3.

Estivemos, há cerca de dez dias, na primeira reunião da comissão especial para dar o parecer sobre a PEC nº 3 e, infelizmente, por nós, da oposição, sermos minoria nessa comissão, foram eleitos presidente e vice ligados ao governo, e eles não querem a aprovação nem a tramitação da PEC nº 3.

Vou conceder aparte aos demais deputados do bloco de oposição para que possam utilizar desses 15 minutos, e vou utilizar dos meus 20 minutos no momento da discussão do projeto de lei orçamentária.

Deputada Ione, apesar de V. Exa. ser mulher, concederei aparte ao deputado Sargento Rodrigues, que está ali na tribuna, há muito tempo, com cara de bravo. Depois do deputado Sargento Rodrigues, concederei aparte a V. Exa.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Agradeço ao ilustre deputado Gustavo Valadares. Pediria novamente muita atenção aos nossos educadores que estão nas galerias para que, mais uma vez, compreendam o processo de embromação, especialmente por parte do PT. Infelizmente, o PT é que tem feito a grande oposição à PEC nº3, e o deputado Rogério Correia é o presidente da comissão especial que vai dar parecer, mas é bom que vocês ouçam primeiro para que compreendam.

Apesar de o deputado Rogério Correia dizer que a PEC é enganação - e aqui novamente volta a atacar o senador Aécio Neves -, não é assim que entendemos. Infelizmente, o parecer sobre a questão da Lei Complementar nº 100, tratada no STF, foi dado pelo advogado do PT no Supremo, ministro Dias Toffoli. Foi ele quem deu o parecer contrário. Agora querem esconder que o ministro Dias Toffoli era advogado do PT, mas não tem jeito. Isso é fato. O que mais me entristece é que alguns deputados do PT não olham para a origem do partido. A vida inteira a bandeira deles - pelo menos é o que se propagava - foi defender trabalhadores; ou será que os 60 mil designados da educação não são trabalhadores? Estão insistindo que a PEC nº 3 é inconstitucional. Aqui não tem deputado que é ministro do STF, não tem deputado que vai dar parecer de PEC antes de ela ser votada. Não é o deputado que vai julgar se a PEC nº 3 é constitucional ou não. Não é aqui que isso vai acontecer. Aqui podemos votar e amparar, mas não da forma como foi colocada na emenda do deputado Rogério Correia, na reforma administrativa. Ali houve um engodo. Se o PT quer verdadeiramente defender os trabalhadores, defender 10, 15, 20 e 25 anos de trabalho prestado, isso é muito simples, é só pedir ao deputado Rogério Correia que chame a comissão especial para dar parecer favorável. Hoje é ele quem está travando nossa pauta para votar a PEC nº 3. Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)* - Boa tarde, presidente; boa tarde, deputado Gustavo Valadares; boa tarde, servidores da Lei nº 100.

Que Deus os abençoe. Esta Casa é de vocês. Parabéns pela organização. Parabéns por estarem aqui lutando por seus direitos. Não desistam, senão eles passarão por cima de vocês como se fossem traidores. Lutem por seus direitos. Se a PEC nº 3 é uma enganação, por que não a colocam em votação? Somos 77 deputados, 77 empregados do povo. Por que não usam essa chance de votarmos com dignidade? O Estado usou vocês quando precisou. Vocês perderam, vocês prestaram. Agora, isso é um absurdo. Não deixaremos o Estado virar as costas para vocês.

Precisamos da participação de todos. Estejam juntos nesta Casa, porque é isso que faz a diferença aqui. Contamos com vocês. Saibam que aqui vocês têm companheiros que estarão juntos até o fim. Vamos juntos pela votação da PEC nº 3. Já, PEC nº 3! Muito obrigada, deputado Gustavo, que Deus o abençoe.

O deputado Gustavo Valadares* - Agradeço à deputada Ione .

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Neste momento quero cumprimentar as pessoas que aqui estão, que vieram de todas as partes de Minas Gerais. Esta reunião está sendo transmitida ao vivo para todo o Estado. Certamente milhares de servidores da educação, seus familiares e amigos estão de olho no Parlamento. Gostaria de repetir a pergunta da deputada Ione: qual é o medo de votar a PEC nº 3? Por que não votá-la?

Já estão antevendo um resultado que está lá na frente. Sou médico. Se um paciente me disser que está com dor de barriga, posso responder que não o operarei, porque ele morrerá? É isso o que estão fazendo com vocês. Não querem dar a oportunidade de votação da PEC nº 3. Os tempos são outros. Não há nenhuma lei que sobressaia contra os direitos humanos.

Ontem, em Bocaiuva, mais de 200 professores estavam na Câmara de Vereadores. Vi a sua aflição. Algumas pessoas tinham mais de 25 anos de trabalho, não tinham a quem recorrer. Elas diziam: "Se a Assembleia não nos acudir, entregarei a minha vida, praticamente". Não podemos trazer decepção. Manifesto meu total e irrestrito apoio à PEC nº 3, que irá a votação, se Deus quiser, custe o que custar. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares* - Agradeço ao deputado Carlos Pimenta.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, o deputado Gustavo Corrêa, presidente da Comissão Especial da PEC nº 3, está travando o andamento da matéria. Ao mesmo tempo em que ele não a deixa andar, examinamos a proposta de orçamento do governo Pimentel. O Fernando do PT diz o seguinte: "A proposta original de 2014, do governo Alberto Pinto Coelho, para a educação, era no valor de R\$7.103.000.000,00. A proposta do PT é de R\$6.684.000.000,00". Vale dizer que cortaram R\$418.000.000,00 do orçamento da educação. Então, o Rogério segura a PEC nº 3, porque sabe que o governo Pimentel não continuará com o pessoal que deseja a aprovação da proposta. Quando os deputados do PT dizem que a matéria é inconstitucional, estão bancando ministros do STF. Basta citar o petista ministro Dias Toffoli, que foi advogado do José Dirceu, que foi advogado-geral dos governos Lula e Dilma.

Deputado Gustavo Valadares, não é preciso que o deputado Rogério Correia, que é radicalmente contra o PSDB e particularmente contra o senador Aécio Neves, fique contra a PEC nº 3 somente porque a Lei nº 100 veio no governo Aécio Neves. Isso não se justifica. Precisamos dar andamento à PEC nº 3, aprová-la e esperar para ver se alguém vai levantar sua inconstitucionalidade.



Vejam, deputados Gustavo Valadares e Arlen Santiago, que a Lei nº 100 é semelhante a outras, em todos os outros estados brasileiros. Todos os professores e as professoras presentes aqui sabem que todos os outros estados brasileiros adotaram lei semelhante, e ninguém levantou sua inconstitucionalidade. Nos outros estados a lei está vigorando. Aqui, deputado Duarte Bechir, algum partido sugeriu que se levantasse sua inconstitucionalidade, porque o governo era de Aécio Neves. Mas quem foi prejudicado? Vocês foram prejudicados. Tentaram acertar Aécio Neves, mas acertaram em vocês. O problema é esse. Por isso, estamos aqui para sustentar, para aprovar a PEC nº 3. Aqui não é fórum bastante. O Plenário da Assembleia, deputado Dilzon Melo, não é fórum bastante para dizer se uma lei é inconstitucional ou não. O fórum bastante é o Supremo Tribunal Federal. Temos de ser sensíveis aos serventuários da educação - professores e demais serventuários -, que ajudaram Minas Gerais a se classificar em 1º lugar no ensino fundamental básico em nível nacional e em 2º lugar no segundo grau. Devemos isso a Aécio Neves, a Anastasia, mas sobretudo a vocês, da área do ensino. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares* - Agradeço ao deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Eu estava domingo na bela cidade de Buritis quando fui procurado por mais de 200 alunos, que fizeram uma tentativa de dois anos de para melhorar o ensino médio. Eles estavam no Reinventando. Esses alunos estavam se sentindo traídos porque isso acabou, mas não falam o que têm de fazer. Se projeto de intervenção pedagógica não for bom, o que será? O Reinventando? O que vai ser bom?

A maldade maior é que eles não pensam na vida das pessoas. Há pessoas que não têm mais como arrumar outro emprego, como se sustentar. São vidas, vidas de famílias. São quase cem mil famílias, deputado Gustavo. Temos convicção e certeza de que o movimento precisa crescer. O movimento precisa crescer cada vez mais. É Facebook, é e-mail, é ver quem vai votar a favor da PEC nº 3 ou quem vai votar contra.

Outro dia vi no Facebook uma carta linda, maravilhosa e amorosa de uma deputada para os atingidos pela Lei nº 100. Daí falei: “Pessoal, perguntem se ela votará favoravelmente à PEC nº 3.” Daí acabou a carta de amor, não havia mais a carta de amor. Temos de ver como vai ser, como essa PEC será votada. Temos de trabalhar isso aí. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares* - Presidente, já vou terminar. Primeiramente, quero agradecer a presença de vocês. É importante esse tipo de mobilização, pois só assim vamos conseguir convencer, na marra, os deputados do PT a colocar em votação a PEC.

Quero mostrar a vocês que foi protocolado na comissão especial, que trata da PEC nº 3 e tem como presidente o deputado Rogério Correia e como vice a deputada Marília Campos, um requerimento dos deputados João Leite, Duarte Bechir e deste deputado, pedindo que seja marcada audiência pública, amanhã ou semana que vem ou outro dia, para esclarecermos e debatermos às claras os pontos positivos e negativos sobre a PEC nº 3.

Está protocolado esse pedido de audiência pública. Se não quiserem colocar em votação a PEC já com parecer na próxima reunião, que chamem essa audiência pública para debatermos os pontos positivos e negativos e para que as senhoras e os senhores tenham ciência dos que estão ao lado de vocês e dos que fazem na internet um discurso demagogo de apoio, mas aqui dentro não movem um dedo sequer para colocar a PEC em tramitação. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, presidente. Estou de volta à tribuna para continuar discutindo o projeto de lei do orçamento. Vou conceder-lhe aparte, depois retomarei minha fala. Com a palavra o deputado Dilzon Melo.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) - Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. Deixo meu abraço fraterno às professoras que aqui estão.

Estou atento ao pronunciamento de vários deputados. De certa forma, fico indignado porque foram muito usadas as palavras “demagogia” e “hipocrisia”. Temos de repensar essa prática que tem sido frequente na Assembleia. Realmente, temos de sair do discurso para a prática. Vimos deputados que antes tinham compromisso com a educação e agora não têm mais. Uns falam que têm um baita compromisso com a educação, outros vêm aqui representá-la. Gostaria de dar a vocês alguns conselhos, porque muitos são novatos: mostrem isso na prática, porque compromisso com a educação é votar com os professores e não com o governador. Isso é compromisso com a educação.

Há deputados aqui que dizem: “Esperamos sete anos pelo julgamento da primeira PEC pelo Supremo”. Há outros que, em 30 minutos, já fazem o julgamento antecipado e a consideram inconstitucional. Por que não aprovamos a PEC nº 3 e ficamos aguardando o Supremo, com a sua indecência de sempre, já que eles são representantes de partidos? Ele poderá demorar sete anos para o novo julgamento. Não podemos ficar empurrando com a barriga até dezembro deste ano, iludindo os professores. Dezembro já está aí. Quando chegar dezembro, será aquela novela novamente, vão dizer que a eleição não acabou. Vêm aqui com demagogia dizer que o piso salarial dos professores, ao longo de três anos, será colocado a efeito. Sabe por que dizem isso? Porque, ao longo de três anos, estaremos às portas da nova eleição para governo, e nova mentira virá, nova conversa fiada virá, dirão que os professores terão sua salvaguarda.

Queremos fazer uma reflexão. Deputados sérios, que estão nesta Casa há muito tempo, e novatos, que tenham uma formação acadêmica muito boa, não têm o direito de vir com demagogia fazer ousada hipocrisia. Hipocrisia é, nesses três meses de governo, mudar radicalmente a posição. Antes o governo defendia, agora é contra.

Isso é hipocrisia. Vamos lutar, porque nós, embora sejamos a minoria, se Deus quiser, vamos mostrar a ferro e fogo que os professores têm razão e têm o nosso apoio.

O deputado Gustavo Valadares* - Muito bem, deputado Dilzon Melo. Agora, pediria às professoras dois minutos de atenção para o tamanho da incoerência - mais uma - desse governo do Fernando da Dilma. Aqui hoje deram um novo nome ao governador. Nós o estávamos chamando de Fernando do PT; depois Fernando da Dilma; agora completaram: Fernando do PT e da Dilma. Esse é o nome do governador. A partir de hoje, quando as senhoras e os senhores voltarem às suas casas e cidades, passem a chamá-lo por esse nome, ele tem orgulho disso, de ter sido ministro. Escondeu isso durante a campanha, mas foi ministro da Dilma durante quatro anos, então é o Fernando da Dilma e do PT.



Vejam a que ponto chega a incoerência desse novo governo. Não quiseram votar o orçamento no ano passado porque disseram que as receitas estavam superestimadas e as despesas subestimadas. Ou seja, tínhamos colocado uma receita muito maior do que teríamos, e uma despesa muito menor. Quiseram dizer com isso que o Estado estava em uma situação deplorável em termos de economia e orçamento, que não havia como fazer nada. É isso que eles têm dito aos quatro cantos, o governador Fernando da Dilma e do PT e os seus secretários. Em especial, o seu porta-voz, Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento. Esse, por onde passa, fala que pegamos uma herança maldita, um estado quebrado, que não há dinheiro para nada.

Além de serem contra vocês nessa situação, de estarem trabalhando contra a aprovação da PEC nº 3, o que fizeram? Quando a senhora, professora, vive uma situação de aperto, corta despesas, diminui a despesa, aperta o cinto, correto? Sabem o que o governo atual fez? Criou mais 4 secretarias e 10 subsecretarias, inúmeras superintendências, inúmeros cargos de gerência e assessoria. Vejam a que ponto chega a incoerência desse governo: dizem que estão apertados, que não têm dinheiro para nada, que pegaram uma herança maldita. Mas, em vez de ajustarem os cintos e gastarem menos, como cada um de vocês faz dentro de casa, trocando a carne pelo frango, ficando sem comer porque está apertado, não, passam a comprar caviar. Querem gastar mais do que têm. Esse é o governo do PT que está à frente do nosso estado. Mais do que isso, Sras. Professores e Srs. Professores, estão tão apertados que o governador resolveu se dar um presente de três meses de governo. Ele está ganhando um presente com menos de 100 dias de governo, e nenhum de nós tem condições de ter o presente que ele está se dando: está comprando um helicóptero novo, para ser usado por ele e pelo seu gabinete. Se está tão apertado, minha gente, se não tem condições de fazer os investimentos prometidos durante a campanha, propagados pelos deputados do PT enquanto foram oposição ao longo dos últimos 12 anos, era hora de comprar helicóptero?

Sr. Governador, dê um exemplo a todos os mineiros: faça no nosso estado, faça no nosso governo aquilo que o senhor deveria estar fazendo na sua casa, aquilo que cada um de nós faz quando estamos apertados. Ao invés de gastar demais, gastar de menos. Ao invés de prestigiar e privilegiar a sua companheirada e priorizar seu helicóptero novo, que prestigie e privilegie os professores que aqui estão e a população de Minas Gerais. Esse é o meu recado a V. Exa., acabe com esse seu discurso incoerente, ou assuma de uma vez por todas que o Estado que encontrou foi um estado superavitário, que tem dinheiro para investimento, para compra de helicóptero, para fazer as gracinhas com seus companheiros criando mais 4 secretarias e 10 subsecretarias, ou assuma de público isso, ou corte na raiz, acabe com esses cargos comissionados.

Senhoras e as senhores, o que mais me deixa abismado é em relação aos subsecretários. Vejam que não estou falando dos secretários: criaram 4 novas secretarias e, abaixo delas, 10 subsecretarias. Pois bem, os novos subsecretários vão ganhar um salário maior que o do governador do Estado. Esse é o PT. Esse é o governador Fernando da Dilma, Fernando do PT.

Você é de onde, companheiro? De Alvarenga. Está aqui um companheiro de Alvarenga, revoltado. Peço que prestem atenção, porque vou fazer uma homenagem ao colega de Alvarenga, que está aqui.

Ontem, na audiência pública que fizemos com os secretários de Fazenda e de Planejamento, deputado Dilzon Melo, fiz a eles apenas cinco perguntas. Não vou falar sobre as cinco para não tomar o tempo dos senhores, mas uma delas foi a seguinte: os senhores secretários cumprirão - ou cumprirá o seu governo - o compromisso com os servidores da educação de pagar, conforme defenderam ao longo de anos nesta Casa - e vocês, melhor do que todos nós, são testemunhas disso -, o piso nacional sem contabilizar os benefícios adquiridos ao longo da carreira? Foi essa a pergunta que fiz. Sabem qual foi a resposta? "Olha, o nosso compromisso é para um governo de quatro anos, mas já estamos dando agora um presente aos servidores." Sabem qual é o presente? O presente é a quantia de R\$40,00 a cada três meses. É esse o presente. Isso não dá para pagar o aumento de energia determinado pelo governo do PT, que, ao final deste mês, já vai chegar a quase 50%, isso neste ano. Esse é o governo que teremos pela frente nos próximos quatro anos.

Esse é o governo. Esse é o senhor governador, que diz que não tem dinheiro para investir em educação, em saúde, em segurança. O jornal *O Tempo* de hoje, deputado Antônio Jorge, abordou a questão do investimento em segurança pública. O deputado Sargento Rodrigues, com certeza, vai tratar desse assunto na Comissão de Segurança Pública, que ele preside. Ora, o orçamento para a segurança neste ano, por eles reestimado, não traz novidades ou incremento em investimentos para a segurança pública no que diz respeito à segurança do cidadão, para melhorar o aparato policial, a estrutura e o contingente de policiais civis e militares. Para isso ele não tem dinheiro. Mas, para aumentar o número de cargos, tem. Não estou falando de cargos baixos não, mas de cargos de recrutamento amplo, com salários maiores que o do governador.

Como estou com a garganta seca, morrendo de sede, deputado Durval Ângelo, vou conceder aparte ao deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - O deputado Gustavo Valadares, que estudou bastante o orçamento, poderia nos explicar uma coisa. Estamos vendo diminuir os recursos da educação em R\$400.000.000,00, como disse aqui o deputado Bonifácio Mourão, ao mesmo tempo em que a inflação está explodindo. Para a luz elétrica, agora em tarja vermelha, paga-se mais 83%. Então queria que o deputado explicasse uma coisa para mim e para os nossos amigos que lutam pela PEC nº 3, e que vamos defender aqui com unhas e dentes. Sempre se disse que, quando o governo estadual fosse alinhado com o federal, a Dilma e o PT iam encher Minas Gerais de dinheiro. Eles colocaram isso no orçamento? Esse dinheiro virá neste ano para melhorarmos as condições da educação ou para fazermos ao menos uma das seis estradas de que precisamos?

O Doutor Jean mesmo está se queixando da BR-367. Nesta BR-367, Carlos Pimenta, nem o projeto fica pronto. Em São João das Missões não há asfalto, assim como em Montalvânia e outras seis cidades. O dinheiro que o governo federal ficou de mandar para Minas Gerais quando o povo aqui votasse no PT vai ficar... já está consignado no orçamento quantos bilhões o PT da Dilma vai mandar para o PT de Minas Gerais.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado Arlen Santiago, V. Exa. foi brilhante no seu aparte. Lembrei-me aqui de algo e farei uma confidência às senhoras e aos senhores. Passado o pleito, procurei um deputado do partido que havia vencido as eleições, do PT, e lhe perguntei: e agora, como vocês vão fazer para pagar o salário dos professores da maneira como sempre disseram que pagariam? Ele falou: "É muito simples. Com o dinheiro dos *royalties* do pré-sal, que vai chegar aos estados e tem de ser utilizado na educação, vamos resolver esse problema e outros problemas mais da educação. Esqueça isso. Isso não será para nós um problema".



Só que não tinha a ideia de que o governo federal fosse, com tão pouco tempo, acabar com qualquer esperança de pré-sal, de Petrobras. A Petrobras está se segurando por um fio. A Petrobras é uma empresa que está quase, quase insolvente. Por essa razão, senhoras e senhores, quero aqui dar uma péssima notícia. Se vocês não se mobilizarem, se o sindicato dos trabalhadores, da área da educação - que não tem ligação com vocês, mas muito mais ligação com o PT do que com as senhoras e os senhores, o que é errado - se o sindicato não acordar, não abrir os olhos, nem os R\$40,00 por trimestre as senhoras e os senhores terão. Sabem por quê? Porque dinheiro do pré-sal não vai chegar nenhum. O governo federal está quebrado. A Petrobras está quebrada. A Dilma não tem companheiro, não tem com quem mais falar. Ela não pode mais sair de casa. Nem assistir à televisão é capaz de ela poder, porque, se ela assistir, é capaz de o artista da novela, do outro lado, vaiá-la de lá para cá. Ela não tem clima nem para ligar uma televisão. Então, essa é a nossa realidade. Tenham as senhoras e os senhores consciência de que viveremos quatro anos tenebrosos.

Ainda conto com 2min50s e, antes de terminar, quero dizer o seguinte: nós, do bloco de oposição, votaremos favoráveis ao orçamento. Vamos fazer destaque para serem votados por nós, para encaminharmos a votação contrária, mas no geral votaremos pela aprovação. E isso por uma razão muito simples. Não queremos amanhã ser tachados ou responsabilizados pelo não cumprimento das promessas irresponsáveis que foram feitas e propagadas aos quatro cantos de Minas pelo senhor governador enquanto era candidato. Não contarão com voto contrário nosso. Sabem por quê? Porque a nossa oposição não é a do quanto pior melhor. Nós queremos que este estado continue evoluindo como vem evoluindo ao longo dos últimos 12 anos.

Existem problemas? Diversos. Ficaram problemas para serem resolvidos? Inúmeros, centenas, dezenas, milhares. Agora, a vida é assim: vence-se um obstáculo e aparece outro. Se se colocou como candidato a governador, com dificuldade ou sem dificuldade, deveria ter consciência de que enfrentaria problemas e que deveria enfrentá-los pronto para resolvê-los. Não é o que está fazendo. Não deu, até hoje, nenhuma palavra que fosse em solidariedade às senhoras e aos senhores. Temos cobrado. No dia 10 de abril atingiremos 100 dias de governo e não deu o senhor governador Fernando da Dilma e do PT uma palavra em solidariedade às senhoras e aos senhores. A emenda na reforma administrativa que tratou da questão das senhoras e dos senhores, para prorrogar o prazo de designação até dezembro, não foi para beneficiá-los.

Sabem por que ela foi feita? Porque, se no dia 1º de abril todos vocês tiverem de ir embora, a educação parará. A emenda foi feita não para prestigiá-los ou ser solidária a vocês. No entanto, há uma minoria que hoje apoia esse governo e ainda não enxergou que esse governo não fará o que se comprometeu a fazer, e o que tivemos foi um estelionato eleitoral. Portanto, não caíam na conversa de que essa emenda, que foi feita na reforma administrativa, aprovada com o voto contrário nosso, viria para ajudá-los. Ela não veio para ajudá-los, mas sim um governo que não saberá o que fazer se no dia 1º de abril tiver de demitir 70 mil funcionários que dedicaram a sua vida à educação do nosso estado. Terminei, presidente. Para mim, está bom. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, professores e professoras presentes, começo, em homenagem ao presidente Hely Tarquínio, fazendo a citação de uma frase atribuída a Aristóteles, mas, que, num sentido semelhante, aparece num texto do filósofo Platão. Assim expressa a frase: “Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade”. Então, penso que o que temos de ter claro é que o nosso compromisso maior tem de ser com a verdade. Aquela mesma verdade proclamada no Evangelho, em João 8:32, que diz: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. A verdade não precisa ser imposta por gritos nem por vaias. A verdade é uma realidade que se impõe soberana e tranquila porque, antes de tudo, ela é a adequação, como se diz na velha escolástica, da mente, do pensamento com a realidade.

É com esse intuito que quero discorrer sobre a proposta de orçamento encaminhada pelo governo do Estado. Uma proposta realista e de pé no chão. Uma proposta que tratou a educação com o maior orçamento que já teve, nos últimos 12 anos, em Minas Gerais. No entanto, eu estaria faltando com a verdade se, antes disso, não falasse sobre a Lei nº 100. Deixando bem claro, a Lei nº 100 que foi encaminhada pelo governo Aécio Neves não foi feita para resolver problema de servidores públicos. Para tomar empréstimos no exterior, o governo precisava de uma certidão, uma CND do INSS. Como estava inadimplente com a Previdência, com 98 mil servidores, mandou uma lei para cá, a fim de enganar servidores públicos e gerar o problema atual.

Se tem alguém que é o autor da agonia, do sofrimento e da dor de milhares de servidores públicos do Estado, esse tem nome e sobrenome, chama-se: o demagogo senador Aécio Neves, que foi derrotado em Minas Gerais, recebendo do voto do povo, deputados, a desaprovação em dois momentos: no 1º e no 2º turnos. Isso foi a sabedoria popular no Estado onde ele nasceu, que aliás não é o Estado onde mora, porque ele mora no Rio de Janeiro. Então, derrotando-o duas vezes. Se fosse o contrário, ele teria aqui vencido as eleições.

Se fosse o contrário, o seu candidato a governador Turista da Veiga teria ganhado as eleições. Perdeu porque demagogias como essa, mentiras como foi a Lei nº 100, tivemos inúmeras.

Compreendo a dor e o sofrimento de muitas famílias que dependiam, e dependem, da Lei nº 100 e acreditaram nessas propostas. A verdade tem de ser dita, porque todos os servidores que estão aqui, há cinco anos, receberam em seu nome nas escolas que trabalhavam uma carta assinada pela secretária Renata Vilhena, onde também havia o nome da secretária de educação Maria Lúcia Gazzola. Essa carta dizia o seguinte: “Servidores e servidoras da Lei nº 100, o cargo de vocês está garantido no Estado. Vocês não perderam seus cargos. Vocês não precisam fazer concurso público porque o governador Aécio Neves resolveu o problema de vocês”. Muita gente acreditou nisso. Muita gente acreditou nessa carta recebida em suas escolas. E, quando se diz sobre a decisão do Supremo, no Estado Democrático de Direito, os Poderes se controlam - em *O Espírito das Leis*, é assim que Montesquieu se expressa: “Os Poderes têm de ser controlados” -, uma decisão tomada por 11 a 0 no Supremo é o sinal da demagogia, da mentira que a Lei nº 100 trouxe em Minas Gerais. E alguém ainda vem dizer que pode aprovar a PEC nº 3 porque em estado algum ainda não houve julgamento.

Volto ao pensamento original. Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade. Dois estados do Brasil, Acre e Bahia, já tomaram decisões, e os servidores, por proposta de lei demagógica como a Lei nº 100, como a PEC nº 3, já foram demitidos. Então dizer que isso não aconteceu em lugar algum do Brasil é mentira. Quando a Lei nº 100 foi aprovada, já tínhamos essas duas decisões,



e nesses estados também houve proposta de emenda à Constituição. Agora, se alguém acha que o melhor é mentir, que o melhor é chegar aqui e falar uma inverdade, isso é muito fácil. Mas venham aqui e digam a verdade, digam se no Acre e na Bahia há algum servidor que não fez concurso.

A Constituição de 5/10/1988 estabeleceu que o único critério para entrada no serviço público é o concurso público. O art. 19, das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu que, até aquela data, só havia exceção a quem tinha cinco anos de cargo. Naquele momento, Sr. Presidente, tínhamos prejudicado, pela Lei nº 100 do senador carioca Aécio Neves, 98 mil servidores. Lá, na decisão do Supremo, ficou estabelecido que quem completasse o tempo de aposentadoria até a publicação do acórdão da Lei nº 100 estaria aposentado no Estado. Naquele momento, 17 mil servidores se beneficiaram. Sendo assim, caiu o número para 81 mil. Daquela data da decisão de 11 a 0 no Supremo até hoje, 7.122 servidores também atingiram o tempo da aposentadoria, mas sem saber se hoje vão se aposentar pelo INSS ou pelo Ipsemg, e o número cai para 74 mil.

Desses 74 mil, 15 a 16 mil são servidores e zeladores de escola. E o governo anterior, em dezembro, no apagar das luzes, mandou para esta Casa um projeto de terceirização dessas atividades. O governador Fernando Pimentel recolheu o projeto em 6 de janeiro, para que não houvesse prejuízo dos servidores. Então há aí 58 mil servidores, que hoje são objeto da Lei nº 100. Desses 58 mil, 50 mil têm outro tipo de vínculo com o Estado. Seja vínculo de algum contrato de temporário, seja vínculo de concursado, o que reduz o número para 10 mil servidores, o que já seria algo grave.

A decisão teria que prevalecer a partir do dia 31 de março deste ano, quando esses 10 mil servidores seriam demitidos, se fosse seguida à risca a decisão do Supremo. O que fez, há três semanas, o governador Fernando Pimentel? Ele foi ao ministro do Supremo, ao presidente do Supremo, e pediu que essa decisão fosse prorrogada até dezembro. Amanhã, às 14 horas, com transmissão direta pela TV, esse pedido do governador estará sendo julgado. Fora isso, é demagogia. Fora isso, apresentar a PEC nº 3, com decisões semelhantes na Bahia e no Acre, é continuar prolongando o sofrimento e a agonia, e continuar na mentira. Não podemos permitir isso.

Faço um apelo à presidência. Não sei como o deputado João Leite conseguiu adentrar aqui com alunos do balé do Palácio das Artes. A verdade é que esses alunos fazem balé no Palácio das Artes com captação de recursos pela lei de cultura, e o governo anterior não aprovou nenhum projeto da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Então esses alunos que o deputado João Leite colocou aqui, com todo respeito, consideração e amizade, que sabem que é sincera, deveriam ir atrás do ex-governador Alberto Pinto Coelho, perguntar-lhe por que esses projetos não foram aprovados no ano passado. Todo mundo conhece a dinâmica da lei de cultura estadual e da Lei Rouanet, que é a lei federal de cultura.

Então acho que é bom deixar bem claro: somos contra a PEC nº 3, porque ela é uma nova mentira. Este governo não quer choque de gestão, este governo quer choque de verdade. É essa a questão.

Digo isso como alguém que aos 16 anos entrou numa sala de aula como professor; que há 34 anos é professor no Estado; que durante 10 anos foi professor designado. Não troco o meu tempo de sala de aula por mentira alguma, por demagogia alguma. Se vocês quisessem ouvir demagogia, eu diria: “Sim, vocês poderão continuar no Estado mesmo sem fazer concurso público”. Eu diria: “Sim, Minas Gerais é terra do imperador Aécio, aqui não vale decisão do Supremo, o imperador Aécio disse que decisão do Supremo não vale aqui”. Mas, por respeito a vocês e pelos meus 38 anos de educação, não falarei mentira ou farei demagogia. Quero deixar bem claro que não há outra forma. Decisão da Justiça transitada em julgado não se discute, cumpre-se.

Fora isso, é a barbárie. Fora da lei, é a demagogia. Não vou embora porque, como Fernando Pimentel e Dilma, tenho mais quatro anos de mandato. Ficarei aqui mais quatro anos, como a Dilma, que vai ficar quatro anos, como o Pimentel, que vai ficar quatro anos. Mais quatro anos sem fazer demagogia.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, deputado Durval Ângelo. Vou tentar dialogar com V. Exa. e também com os que vieram aqui, hoje; com certeza, grande parte veio para nos escutar. Os que não querem escutar são os que estão aplaudindo Aécio Neves. Pergunto: será que professor aplaude Aécio Neves? Duvido. Não vi professor aplaudindo Aécio Neves durante 12 anos, muito menos aplaudindo uma demagogia que Aécio Neves fez. Então a gente desconfia quando vê pessoas aplaudindo enfaticamente o PSDB, que nem deixar uma professora se alimentar na escola deixou. Também não concedeu reajuste, cortou o piso e instituiu o subsídio. Então, deputados e deputadas, fico imaginando onde estavam aqueles que, hoje, aplaudem Aécio Neves em nome da educação. Será que estavam na escola? Pergunto e questiono as pessoas.

Mas, para aqueles que querem escutar, Durval, quero dizer o seguinte: pode ser, deputado Hely Tarquínio, que preside a reunião e chamava a atenção para isso, que as pessoas estejam, de fato, iludidas com a hipótese da PEC nº 3. Por que chamo de ilusão? Alguns dizem o seguinte, Durval: “Essa é uma emenda constitucional e, se é emenda constitucional, não poderá ser inconstitucional”. Não é assim que funciona. Estou aqui, por exemplo... É bom que escutem para não ficarem iludidos, como ficaram com Aécio Neves. Se vocês ficarem iludidos com a demagogia dos tucanos, de novo vai dar errado. Estamos querendo alertá-los para não caírem no jogo da demagogia dos tucanos. Tentem escutar quem sempre os ajudou. Não vão de novo na trilha do caminho que deu errado, porque será novamente uma ilusão.

Tenho aqui três PECs que foram consideradas inconstitucionais, Durval. Então, pelo fato de ser PEC, não significa que seja constitucional. Essa é o exemplo de uma PEC inconstitucional, já foi julgada pelo Supremo. Então a solução, companheiros e companheiras, não está na PEC, não está em vaiar o sindicato que representa vocês, não está em aderir à tese da Lei nº 100, que foi fracassada. É insano acreditar que os deputados que, durante 12 anos, prejudicaram a educação, agora se transformaram em anjos. Vocês não acham isso, não? Sinceramente? Achar que, de repente, todos que, durante 12 anos, votaram contra tudo que vocês queriam, agora se transformaram em anjos, em tábua de salvação?

O deputado Durval Ângelo* - Anjo sou eu.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - É impossível, não é? Vocês acham mesmo que esses deputados estão querendo resolver o problema? Com a Lei nº 100 de novo, com a PEC nº 3? Se não acham isso, escutem. Às vezes, escutar faz bem, abre o caminho para a verdade, para a saída política. Qual é a saída, Durval? Uma delas ocorrerá amanhã no Supremo. Tenho certeza de que todos os professores da Lei nº 100, que efetivamente estão sofrendo, não os que vieram trazidos aqui pelo PSDB, mas os que estão na escola,



sofridos, esses estarão, amanhã, torcendo pela tese do Fernando Pimentel, para que, até dezembro, possam continuar na escola e tenhamos um prazo para resolver a situação.

Resolver como? Peço que a Marília Campos faça um aparte, pois ela está estudando esse assunto. Precisamos vislumbrar o caminho da aposentadoria desses companheiros e companheiras, que merecem ter direito ao tempo para aposentadoria e vão tê-lo. Eles têm o direito ao tempo de aposentadoria. O PSDB, ao jogá-los no INSS, no ano passado, não combinou isso com o INSS.

O deputado Durval Ângelo* - Sem consultar ninguém. Em abril do ano passado, todos foram transferidos de forma impositiva pelo PSDB para o INSS.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Coisa que não será feita agora. O que o governo quer é discutir com o INSS essa transição, para garantir esse tempo.

Queremos também realizar um concurso, em que o tempo de serviço de quem é da Lei nº 100, como designado, possa valer, porque o Supremo assim o permite, para desempate. Darei uma notícia a vocês que os deixará mais alegres. Na Unimontes, foi feito concurso para os servidores da Lei nº 100. Sabe qual o percentual de aprovados? Oitenta por cento foram aprovados. E vejam que lá não foi contado ainda o tempo de serviço, que pode ser contado. Um concurso como esse, que nós pretendemos fazer, Durval Ângelo, vai dar dignidade a todos. Sei que vocês não são contra o concurso. O concurso é uma questão que todos defendemos. Não podemos simplesmente ignorar a existência do concurso. Ele será feito, afinal é uma reivindicação já apresentada.

Quero dialogar em vez de ficar iludindo vocês. A outra questão podia ser uma ilusão. Eu chegaria aqui e diria a vocês para ficarem contentes, porque amanhã votaremos a PEC nº 3. Depois de amanhã, ela não valeria. Vocês bateriam palmas, gritariam viva ao Rogério Correia e diriam: "Muito bem, Durval". Dariam viva à Marília Campos e ao PT. Gritariam "Viva, viva, viva!", mas no outro dia estariam sem emprego. Não sou demagogo. Se existe deputado que se presta ao papel de demagogo, paciência. Peço a vocês, em nome dos professores da Lei nº 100, que estão me ouvindo nas escolas e em suas casas, que não se deixem iludir pela demagogia. Lutem para que o direito real de vocês seja conquistado. Estamos com os professores da Lei nº 100, não para enganá-los, mas para ajudá-los. Obrigado.

O deputado Durval Ângelo* - Deputado Rogério Correia, suas palavras são sábias. Tenho certeza de que elas terão eco na consciência e no coração de muita gente. Talvez em alguns isso será um pouco tardio, mas ocorrerá, com certeza.

A deputada Marília Campos (em aparte) - Obrigada pelo aparte, deputado Durval Ângelo. Quero tentar estabelecer um diálogo com os servidores públicos da Lei nº 100 e também com V. Exa., que fez um discurso claro, transparente e sincero. Primeiramente gostaria de dizer a todos vocês que compartilho da indignação dos servidores que são vítimas da Lei nº 100. Compartilho dessa indignação. Estou indignada e acredito que todos aqui também estão.

Deputado Durval Ângelo, não é fácil para aqueles que trabalharam durante tantos anos serem exonerados a partir do dia 1º e estarem em condição de designação. Não será fácil, mas, como o deputado disse, não estamos aqui para criar falsas expectativas. Temos de trabalhar para minimizar os resultados da Lei nº 100 sobre os servidores por ela atingidos. Estamos trabalhando numa visão de lutar para que sejam garantidos os direitos previdenciários dos servidores da Lei nº 100. É nessa perspectiva que temos de trabalhar. Deputado Durval Ângelo, o Estado, no ano passado, contribuiu por três meses para o INSS e repassou os servidores para o INSS, que não os aceitou.

Logo depois, o Estado entrou com uma liminar tentando garantir que o INSS aceitasse os servidores, e o INSS não os aceitou, por quê? Porque condicionou que o Estado emitisse o certificado. Deputado Durval Ângelo, a diferença é que agora Pimentel vai emitir o certificado e possibilitar que a compensação previdenciária seja feita e que se garantam os direitos previdenciários dos servidores da Lei nº 100.

Muito obrigada pelo aparte.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/3/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

nomeando Rafael Mendes Fernandes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cássio Soares

nomeando Jonas Rodrigues Dias para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Geraldo Eugenio Barbosa Mansur para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria de Fátima Leão dos Santos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Grazielle Augusta Oliveira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;



exonerando Leonardo Henrique Jardim da Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do quadro de pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 30/3/2015, Hélio Coelho Silva do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Participação Popular;

nomeando Ana Karenina Berutti Marques para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo;

nomeando Antonia Puertas Jimenez para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Participação Popular;

nomeando Claudia Miglio Kumaira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPLEMG -

TERMO DE POSSE

Aos trinta dias do mês de março do ano de 2015, às 17 horas, na sede do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Iplemg -, perante o Exmo. Sr. Deputado Adalclever Ribeiro Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e presidente nato do Conselho Deliberativo do Iplemg, foram declarados empossados, nos cargos de membros da Diretoria, Conselhos Deliberativo e Fiscal do Iplemg, os componentes da chapa encabeçada pelo Sr. Gerardo Henrique Machado Renault, que também assina Gerardo Renault, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/3/2015, para o biênio que se inicia em março de 2015 e termina em março de 2017, e como tais foram proclamados pela Assembleia Geral. Diretoria: presidente: Gerardo Henrique Machado Renault; vice-presidente: Emilio Eddstone Duarte Gallo; diretor financeiro: João Marques de Vasconcelos; vice-diretor financeiro: Fábio Lúcio Rodrigues Avelar. Conselho Deliberativo: Efetivos: Alberto Pinto Coelho Junior; Antônio Júlio de Faria; deputado Dilzon Luiz de Melo; Domingos Sávio Teixeira Lanna; deputado Hely Tarquínio; deputado José Bonifácio Mourão; Mauro Lobo Martins Júnior; Paulo César de Carvalho Pettersen; deputado Luiz Sávio de Souza Cruz e deputado Ulysses Gomes de Oliveira Neto. Suplentes: deputado André Quintão Silva; Armando Gonçalves Costa; deputado Dalmo Roberto Ribeiro Silva; Geraldo da Costa Pereira; João Carlos Ribeiro de Navarro; deputado Wander José Goddard Borges; Marcos Helênio Leoni Pena; Maria José Haueisen Freire; Roberto Luiz Soares de Mello e Sebastião Costa da Silva. Conselho Fiscal: Efetivos: Ermano Batista Filho; Roberto Mauro Amaral e Nelson José Lombardi. Suplentes: Elbe Figueiredo Brandão Santiago; Maria Emília Mitre Haddad e Márcio Luiz da Silva Cunha. Assembleia Geral, 30 de março de 2015. Ivo Miranda de Moraes, presidente da Assembleia Geral - João Alves Cardoso, superintendente-geral do Iplemg e secretário da Assembleia Geral - deputado Adalclever Ribeiro Lopes, presidente da ALMG e presidente nato do Conselho Deliberativo do Iplemg.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 25/3/2015, pág. 22, onde se lê:

“nomeando Janaína de Freitas para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas”, leia-se:

“nomeando Janaína de Freitas para o cargo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41”.